

# Situação financeira das famílias em Portugal: uma análise com base nos dados do ISFF 2013

Sónia Costa  
Banco de Portugal

Outubro 2016

## Resumo

Segundo o Inquérito à Situação Financeira das Famílias de 2013, o valor mediano da riqueza líquida (ou seja, a diferença entre o valor dos ativos e das dívidas) das famílias portuguesas situa-se em cerca de 71 mil euros. Isto significa que 50 por cento das famílias têm um nível de riqueza líquida inferior a esse valor. Por outro lado, ligeiramente mais de 50 por cento da riqueza líquida está na posse de 10 por cento das famílias, o que ilustra a elevada desigualdade da sua distribuição. Os imóveis têm um peso dominante na riqueza da maioria das famílias: 75 por cento das famílias são proprietárias da residência principal e cerca de 30 por cento têm empréstimos em que esta é usada como garantia. Face à primeira edição do inquérito conduzida em 2010, a redução no valor dos imóveis contribuiu para uma diminuição no valor dos ativos das famílias. O efeito na riqueza líquida foi, contudo, atenuado por uma redução da dívida. O grau de endividamento das famílias, avaliado pelo valor da dívida face ao rendimento ou face aos ativos, permaneceu muito elevado para uma percentagem significativa de famílias. Beneficiando da redução nas taxas de juro Euribor, o peso do serviço da dívida no rendimento reduziu-se, contudo, para a maior parte das famílias. (JEL: C83, D10)

---

## Introdução

Este artigo apresenta os resultados da segunda edição do Inquérito à Situação Financeira das Famílias (ISFF), que foi conduzida em 2013. O ISFF é a única fonte estatística com desagregação ao nível da família em Portugal que permite relacionar ativos, dívida, rendimento, consumo, aspetos demográficos e socioeconómicos e ainda informação sobre expectativas e atitudes. Este inquérito corresponde à contribuição portuguesa para o Household Finance and Consumption Survey (HFCS), que é um inquérito promovido pelo Eurosistema com o objetivo de recolher dados

---

Agradecimentos: Agradeço em especial a Luísa Farinha por todo apoio, sugestões e comentários e a Sébastien Perez Duarte pelo esclarecimento de dúvidas e ajuda na resolução de problemas estatísticos. Agradeço também a António Antunes e Nuno Alves pelos comentários e sugestões. As opiniões expressas neste artigo são pessoais e não refletem necessariamente as do Banco de Portugal ou do Eurosistema. Eventuais erros ou omissões são da minha exclusiva responsabilidade.

E-mail: [smcosta@bportugal.pt](mailto:smcosta@bportugal.pt)

microeconómicos comparáveis sobre a situação financeira das famílias, e em particular sobre a riqueza, nos vários países da área do euro<sup>1</sup>.

O facto de o ISFF se enquadrar num projeto internacional significa que a metodologia utilizada para a produção dos dados segue os princípios acordados pelos vários países. A implementação do inquérito é no entanto descentralizada a nível nacional. Em Portugal, a realização deste inquérito é da responsabilidade do Banco de Portugal e do Instituto Nacional de Estatística (INE). No Apêndice A descrevem-se os principais aspetos metodológicos do ISFF. De entre estes aspetos, é de destacar o facto da amostra do ISFF, a qual é representativa da população em Portugal, ter uma componente de sobre representação das famílias mais ricas. Este método de amostragem é habitualmente utilizado nos inquéritos à riqueza e tem como objetivo permitir obter estimativas precisas da mesma, dada a sua distribuição muito assimétrica na população. A primeira edição do ISFF realizou-se em 2010, estando prevista a realização da terceira edição em 2017. A metodologia e os resultados da primeira edição do inquérito em Portugal encontram-se descritos em Costa e Farinha (2012a).

Como se discute na secção seguinte, uma das mais-valias dos dados do ISFF é permitir analisar as distribuições das variáveis que afetam a situação financeira das famílias em Portugal. Este artigo incide na análise destas distribuições. Embora seja incluída alguma informação sobre rendimento e consumo, a análise centra-se principalmente nas distribuições da riqueza líquida e das suas componentes (i.e. ativos reais, ativos financeiros e dívida), uma vez que é para estas variáveis que o ISFF tem um maior valor acrescentado, quando comparado com outros inquéritos às famílias existentes em Portugal. O artigo começa por descrever as distribuições dos principais agregados económicos por tipo de família obtidas com os dados do ISFF 2013. Posteriormente, as principais características das distribuições da riqueza líquida e das suas componentes serão comparadas com as obtidas com o ISFF 2010. Por fim, dado o elevado peso da dívida na situação financeira das famílias portuguesas, serão igualmente comparados os resultados das duas edições do ISFF para o grau de endividamento das famílias, para a procura de crédito e para as restrições no acesso ao crédito. A comparação entre os dados do ISFF 2010 e do ISFF 2013 é particularmente interessante, dado que no período entre as duas edições do inquérito ocorreram alterações significativas na situação macroeconómica em Portugal, com impactos negativos na situação financeira agregada das famílias.

---

1. A página do BCE na internet inclui um conjunto alargado de informação sobre o HFCS. Os resultados para a área do euro relativos à primeira edição do inquérito foram publicados pelo BCE em 2013 (HFCN (2013a) e HFCN (2013b)) e os relativos à segunda edição serão publicados durante os próximos meses (HFCN (2016a) e HFCN (2016b)).

### **Mais-valias e limitações dos dados do ISFF**

Os dados do ISFF são muito úteis para a realização de estudos sobre o comportamento das famílias, por exemplo em áreas relacionadas com as decisões de poupança versus consumo, afetações de carteira entre diferentes tipos de ativos, endividamento e restrições de liquidez. Este tipo de dados permite igualmente avaliar o impacto de choques macroeconómicos ou alterações de política nos diversos tipos de famílias. O ISFF contribui ainda para uma melhor compreensão do comportamento das variáveis agregadas, uma vez que permite identificar os grupos em que estas se concentram. De facto, a propriedade de alguns ativos, tais como a riqueza sob a forma de negócios ou alguns produtos financeiros mais sofisticados ou com maior grau de risco, concentram-se num pequeno grupo de famílias, cujo comportamento pode influenciar a evolução agregada daqueles ativos. Adicionalmente, como a crise financeira recente ilustrou, a informação sobre a heterogeneidade da situação financeira das famílias e, em particular, do grau de endividamento é essencial para avaliar em que medida a acumulação de dívida em termos agregados se reflete em riscos para a estabilidade financeira e em última análise para o crescimento da atividade económica.

A comparação entre os valores obtidos com a agregação dos dados do ISFF e os relativos à informação macroeconómica das contas nacionais deve ser contudo efetuada com cautela dadas as diferenças de conceitos entre as várias fontes e os erros de medida a que estes conjuntos de informação estão sujeitos. A análise detalhada da comparabilidade destes dados sai do âmbito deste artigo. No entanto, existem alguns aspetos gerais que são importantes referir. Em termos de conceitos, uma das diferenças mais relevantes decorre de o ISFF incluir apenas informação relativa às famílias, enquanto a maioria dos dados macroeconómicos se refere aos particulares, os quais incluem para além das famílias também as Instituições Sem Fins Lucrativos ao Serviço das Famílias. Em termos de metodologia, as contas nacionais têm a vantagem de utilizar um conjunto abrangente de fontes muitas das quais referentes ao conjunto da população. No entanto, para algumas rubricas a informação relativa às famílias é escassa, sendo em parte obtida como diferença face aos dados disponíveis para o total da economia e para outros setores. O ISFF tem a vantagem de recolher toda a informação diretamente junto das famílias de uma forma coerente. Como qualquer outro inquérito, está sujeito a erros de reporte por parte das famílias, os quais são difíceis de identificar e portanto de corrigir no tratamento efetuado aos dados após a recolha. Em particular, a relutância das famílias em revelarem valores monetários, mesmo quando estão assegurados todos os requisitos de respeito pela confidencialidade dos dados, pode traduzir-se numa subestimação dos mesmos. Adicionalmente, embora a amostra do ISFF sobre-represente as famílias mais ricas da população portuguesa (Apêndice A), é muito possível que uma parte significativa da riqueza e, em especial da riqueza financeira,

não seja captada pelo inquérito, dado que se concentra num número muito reduzido de famílias que podem não fazer parte da amostra. De facto, no ISFF, tal como em muitos outros inquéritos à riqueza das famílias, o montante da riqueza financeira é bastante inferior aos valores obtidos com base nas contas nacionais financeiras, mesmo para as rubricas que são mais comparáveis entre as duas fontes. Relativamente à dívida não garantida por imóveis, os dados disponíveis sugerem igualmente que esta possa estar subestimada no ISFF.

As limitações acima mencionadas afetam diretamente o cálculo dos níveis das variáveis mas em muito menor grau a sua distribuição, bem como as correlações entre elas. Assim os dados do ISFF devem ser utilizados principalmente para o fim para o qual foram recolhidos, ou seja, para uma análise microeconómica do comportamento das famílias. Como se referiu anteriormente, de um ponto de vista meramente estatístico, este tipo de dados é útil para inferir as distribuições das variáveis na população mas não substitui as estatísticas macroeconómicas na obtenção dos níveis dos diferentes agregados económicos.

### **Distribuições da riqueza líquida, do rendimento e do consumo**

A riqueza líquida de uma família corresponde à diferença entre o valor dos seus ativos e o das suas dívidas<sup>2</sup>. A riqueza calculada com base nos dados do ISFF não inclui os direitos acumulados sobre pensões de reforma a receber no futuro provenientes dos regimes públicos de proteção social ou de fundos de pensões associados à atividade profissional. Este tipo de ativos é em geral distribuído de uma forma mais uniforme, do que a riqueza privada, podendo assim a sua omissão conduzir a alguma sobrestimação da desigualdade na distribuição da riqueza.

No Gráfico 1 comparam-se para o conjunto das famílias portuguesas as distribuições da riqueza líquida, do rendimento e do consumo de bens não duradouros e serviços obtidas com base no ISFF 2013<sup>3</sup>. Estes dados ilustram que a riqueza líquida está distribuída de uma forma muito mais desigual entre famílias do que o rendimento e que este está distribuído de forma mais desigual do que o consumo. O conjunto de 10 por cento das famílias com um maior nível de riqueza líquida detém ligeiramente mais de 50 por cento da riqueza líquida total das famílias portuguesas. No caso do rendimento e do consumo, o conjunto de 10 por cento de famílias no decil mais elevado da distribuição destes agregados detém, respetivamente, ligeiramente mais de 30 por cento e cerca de 25 por cento, do total dos mesmos no conjunto

---

2. No apêndice B apresenta-se a definição de todas as variáveis do ISFF utilizadas nesta secção.

3. Todas as estatísticas apresentadas neste artigo foram calculadas utilizando os ponderadores finais da amostra, o que significa que são representativas das famílias residentes em Portugal.

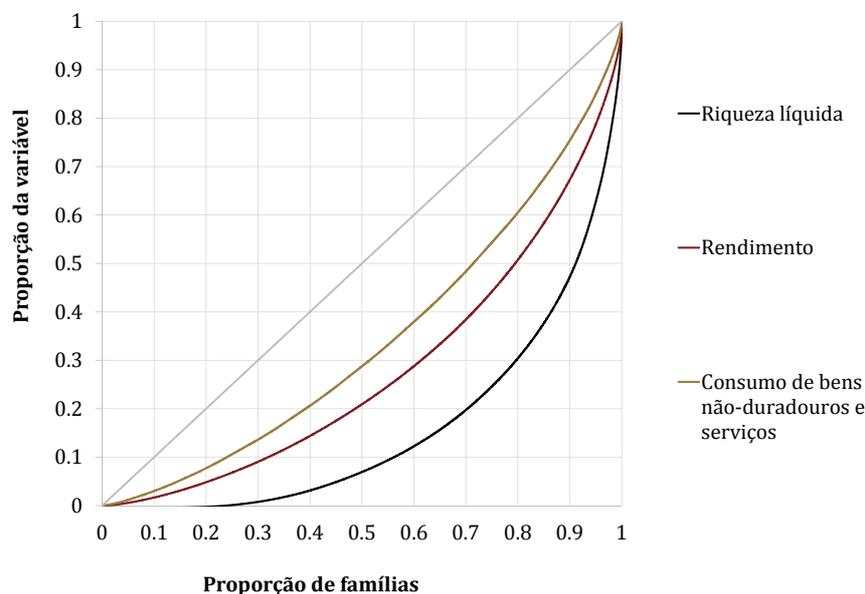


GRÁFICO 1: Distribuições da riqueza líquida, do rendimento e do consumo: ISFF 2013.

da população. Os índices de Gini para a riqueza líquida, para o rendimento e para o consumo situam-se em 68 por cento, 44 por cento e 32 por cento, respetivamente.

A maior desigualdade da riqueza face ao rendimento e do rendimento face ao consumo é consistente com a existência de uma relação positiva entre as taxas de poupança e os níveis de rendimento e de riqueza, encontrada habitualmente na evidência empírica (Banco de Portugal (2016)). Esta evidência pode ser reconciliada com a teoria económica, por exemplo, considerando que os agentes têm preferências em que a sua utilidade depende de desvios do consumo face a um cabaz de bens básicos ou em que a poupança constitui um bem de luxo. Para a elevada assimetria positiva da distribuição da riqueza poderá contribuir igualmente o facto de famílias com níveis de riqueza maiores conseguirem ter carteiras de investimento mais diversificadas que lhes permitem taxas de rentabilidade esperadas superiores. Relativamente às componentes da riqueza, a desigualdade é significativamente mais elevada no caso da riqueza financeira do que no caso da riqueza real (Gráfico 2). A dívida apresenta igualmente uma distribuição muito assimétrica, o que reflete em grande parte o facto de mais de 50 por cento das famílias não possuírem dívida.

O facto da distribuição entre famílias dos principais agregados económicos, e em especial da riqueza e das suas componentes, ser muito desigual significa que o comportamento destas variáveis é, em

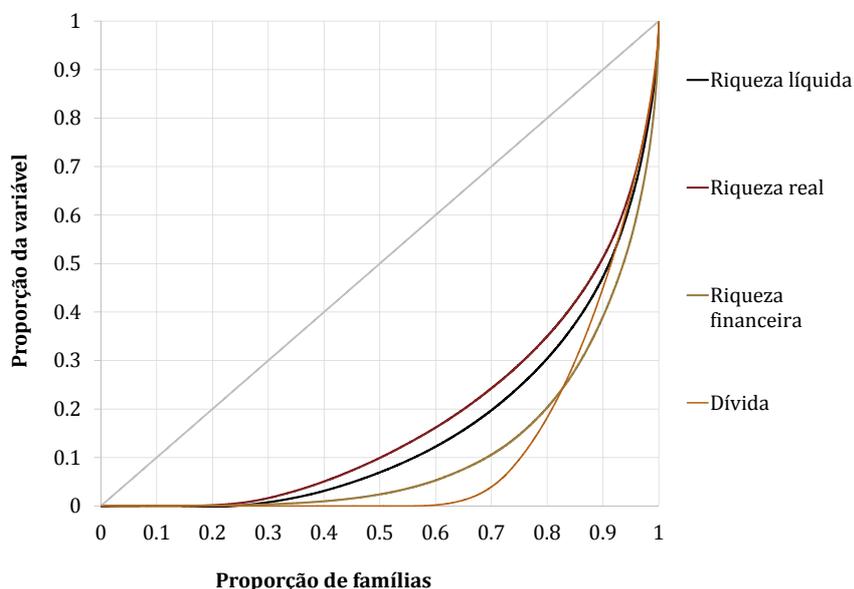


GRÁFICO 2: Distribuições da riqueza líquida e das suas componentes: ISFF 2013.

grande parte, determinado por um subconjunto de famílias. Os dados do ISFF permitem identificar quais são os tipos de famílias em que estes agregados se concentram. Na parte remanescente desta secção descrevem-se as distribuições destes agregados por características demográficas e socioeconómicas das famílias. Por forma a compreender melhor a origem das distribuições da riqueza real, da riqueza financeira e da dívida por tipo de família, serão analisadas as taxas de participação das famílias nos diferentes tipos de ativos e passivos assim como os valores medianos dos mesmos para as famílias que os detêm. Nesta análise privilegiam-se os valores medianos face aos valores médios por estes serem um melhor indicador da família típica, dado que estão menos dependentes de valores extremos. As famílias serão caracterizadas pelos seus níveis de riqueza líquida e de rendimento, pela sua composição em termos de número de indivíduos e consoante a idade, o nível de escolaridade e a situação no mercado de trabalho do indivíduo de referência. O indivíduo de referência foi selecionado, de acordo com a definição de Canberra, correspondendo grosso modo ao indivíduo com maior rendimento no agregado familiar (Apêndice B).

### *Riqueza líquida*

A riqueza líquida média das famílias portuguesas situava-se no segundo trimestre de 2013 em 156 mil euros (Quadro 1). A mediana representava

	% de famílias em cada classe	Riqueza Líquida		Rendimento anual		Consumo anual em bens não duradouros e serviços	
		Mediana	Média	Mediana	Média	Mediana	Média
Total	100.0	71.2	156.0	15.4	21.5	8.4	10.0
Percentil do rendimento							
<=20	20.0	24.6	70.3	5.6	5.2	4.8	5.1
20-40	20.0	57.6	103.1	10.3	10.4	7.2	7.2
40-60	20.0	71.0	135.1	15.4	15.6	8.9	9.3
60-80	20.0	82.6	158.2	23.4	23.7	10.8	11.4
80-90	10.0	121.8	218.8	35.2	35.8	12.1	13.7
>90	10.0	240.4	408.3	57.9	70.1	18.0	19.9
Idade							
<35	11.2	24.1	78.9	16.2	20.6	8.4	9.2
35-44	20.8	63.8	131.6	18.8	23.8	9.6	11.0
45-54	20.1	75.2	162.1	19.0	24.9	9.4	10.9
55-64	18.0	104.2	195.3	16.5	23.9	9.2	10.9
65-74	15.2	92.1	187.6	12.7	18.7	8.4	9.5
>=75	14.7	71.7	160.0	8.7	14.6	6.0	7.1
Condição perante o trabalho							
Trabalhador por c/ outrem	45.5	62.3	115.9	20.0	25.8	9.6	11.3
Trabalhador por c/ própria	10.8	188.2	411.6	22.5	34.6	10.1	11.8
Desempregado	8.3	21.1	86.4	10.0	11.8	6.5	7.4
Reformado	31.2	79.8	152.4	11.4	15.4	7.2	8.6
Outras situações	4.3	27.9	99.2	5.3	7.8	5.4	6.0
Escolaridade							
Inferior ao secundário	69.4	62.2	131.4	12.7	16.3	7.7	8.3
Ensino secundário	13.7	66.6	144.5	20.1	24.8	9.6	11.2
Ensino superior	16.9	131.7	265.7	33.9	40.3	13.2	15.6
Nº membros da família							
1 indivíduo	20.0	42.7	120.2	7.6	11.3	5.0	6.1
2 indivíduos	32.0	78.2	164.6	13.8	19.7	8.4	9.1
3 indivíduos	24.6	76.9	150.7	19.7	24.3	9.6	11.0
4 indivíduos	16.3	84.6	180.8	22.2	29.7	11.3	13.3
Mais de 4 indivíduos	7.1	67.3	178.6	23.9	30.5	12.0	13.5
Percentil da riqueza líquida							
<=20	20.0	0.5	-2.0	10.4	12.7	6.4	7.3
20-40	20.0	25.6	26.8	13.9	16.9	7.5	8.4
40-60	20.0	71.3	72.3	14.8	18.3	8.4	9.4
60-80	20.0	139.1	142.6	17.9	24.5	9.6	10.7
80-90	10.0	262.4	267.7	23.6	30.2	11.2	12.8
>90	10.0	629.1	813.9	29.9	40.7	12.0	15.1

QUADRO 1. Riqueza líquida, rendimento bruto e consumo por características das famílias: ISFF 2013.

Unidade: Milhares de euros.

menos de metade deste valor (71,2 mil euros), ilustrando a elevada desigualdade da sua distribuição na população. A riqueza líquida mediana na classe mais baixa de riqueza líquida (ou seja nos 20 por cento das famílias com a riqueza líquida mais reduzida) situa-se em cerca de 500 euros, enquanto para os 10 por cento de famílias mais ricas se situa num valor superior a 600 mil euros.

Por idade do indivíduo de referência, a riqueza líquida segue um padrão em linha com a teoria do ciclo de vida, aumentando até à classe etária anterior à idade de reforma e reduzindo-se posteriormente. O aumento no início de vida é mais acentuado do que a redução nas classes etárias mais avançadas, o que se traduz num nível de riqueza líquido mais elevado nas famílias em que o indivíduo de referência é mais velho do que naquelas em que se encontra

nas classes mais jovens. Para este comportamento deverá contribuir o facto de as famílias com indivíduos mais idosos manterem riqueza com o objetivo de deixarem heranças assim como por motivo de precaução, devido não só à incerteza macroeconómica mas também à incerteza quanto ao momento da morte. Observa-se igualmente a correlação positiva habitual entre o nível de rendimento e de riqueza, que reflete, entre outros fatores, o facto de as famílias com maior rendimento terem maiores possibilidades de poupar, assim como o facto de famílias com um maior nível de riqueza auferirem rendimentos provenientes da posse de ativos. A riqueza líquida aumenta como esperado com o nível de escolaridade (que está correlacionado com o nível de rendimento permanente), sendo este acréscimo particularmente acentuado nas famílias em que o indivíduo de referência completou o ensino superior. Por situação no mercado de trabalho, as famílias em que o indivíduo de referência é trabalhador por conta própria apresentam níveis de riqueza líquida significativamente superiores às restantes. No extremo oposto, com níveis de riqueza reduzidos, encontram-se as famílias em que o indivíduo de referência não se encontra a trabalhar nem está reformado. Relativamente à composição da família, a riqueza líquida atinge o valor máximo nas famílias com quatro indivíduos, reduz-se nas famílias maiores mas permanece mais elevada do que nas famílias que apenas têm um indivíduo. Por classes de rendimento, riqueza, situação no mercado de trabalho e nível de escolaridade existe em geral uma correlação positiva entre os níveis da riqueza líquida e os das suas componentes, ou seja, os grupos de famílias com maiores níveis de riqueza líquida são também aqueles que têm maiores níveis de riqueza real, de riqueza financeira e de dívida. No caso da idade, o padrão é ligeiramente diferente principalmente porque a dívida assume valores mais elevados nas famílias mais jovens do que nas restantes.

### *Ativos reais*

Segundo os dados do ISFF 2013, os ativos reais pesam mais de 85 por cento do total da riqueza bruta das famílias (Quadro 2). O peso muito elevado da riqueza real é comum a todos os tipos de famílias analisados, reduzindo-se apenas ligeiramente com o nível de rendimento e de escolaridade.

A residência principal é o principal ativo detido pelas famílias, representando cerca de 50 por cento do total da riqueza real. Os outros imóveis são o segundo tipo de ativo real mais importante, com um peso de cerca de 30 por cento na riqueza real. Os negócios por conta própria representam cerca de 15 por cento e os veículos motorizados cerca de 4 por cento.

	Peso na riqueza total		Peso na riqueza real					Peso na riqueza financeira				
	Ativos reais	Ativos financeiros	Residência principal	Outros imóveis	Negócios por conta própria	Veículos motor.	Outros bens de valor	Depósitos à ordem	Depósitos a prazo	Ativos transac.	Planos voluntários de pensões	Outros ativos financeiros
Total	88.0	12.0	49.8	29.9	15.4	3.7	1.3	10.8	56.0	6.9	12.7	13.6
Percentil do rendimento												
<=20	90.5	9.5	59.0	35.2	3.3	2.1	0.4	17.3	60.8	3.2	5.4	13.3
20-40	88.5	11.5	55.0	36.0	5.1	2.8	1.0	10.6	66.3	2.1	7.3	13.8
40-60	89.0	11.0	52.9	31.8	10.9	3.6	0.9	11.3	55.2	5.0	14.1	14.4
60-80	88.9	11.1	51.4	28.1	15.1	4.2	1.2	12.3	61.6	4.0	12.3	9.8
80-90	88.3	11.7	49.1	23.7	21.9	4.4	0.9	11.5	50.6	5.1	17.2	15.6
>90	85.4	14.6	41.2	28.8	23.8	4.0	2.2	8.1	50.7	13.0	13.5	14.5
Idade												
<35	89.4	10.6	55.2	22.8	14.9	6.1	0.9	16.0	53.4	10.2	14.8	5.6
35-44	90.2	9.8	54.7	16.3	23.7	4.6	0.8	12.1	53.7	5.7	20.6	7.9
45-54	87.5	12.5	52.6	24.7	16.9	4.3	1.5	9.0	43.2	6.7	17.5	23.6
55-64	87.3	12.7	48.3	30.4	15.6	3.8	1.9	9.9	49.9	8.9	13.3	18.0
65-74	87.1	12.9	45.1	40.3	11.1	2.6	0.9	11.4	68.5	5.5	5.5	9.2
>=75	86.2	13.8	41.4	53.1	3.3	1.0	1.1	10.3	74.0	5.8	2.1	7.7
Condição perante o trabalho												
Trabalhador por c/ outrem	87.9	12.1	63.5	22.8	6.6	5.5	1.7	12.1	53.7	6.9	17.9	9.3
Trabalhador por c/ própria	90.1	9.9	28.2	24.8	43.7	2.6	0.8	8.0	38.4	7.7	15.8	30.1
Desempregado	90.2	9.8	57.0	32.8	4.3	4.1	1.8	13.7	50.0	4.9	10.5	20.9
Reformado	85.6	14.4	50.6	44.1	1.9	2.4	1.0	10.8	72.8	6.2	4.9	5.3
Outras situações	87.3	12.7	50.0	47.1	-0.3	1.9	1.4	11.7	48.4	11.0	1.0	28.0
Escolaridade												
Inferior ao secundário	89.1	10.9	49.2	34.9	11.8	3.3	0.9	11.8	61.5	3.4	11.2	12.1
Ensino secundário	88.7	11.3	57.7	19.2	17.6	4.7	0.9	11.4	49.9	11.0	15.0	12.8
Ensino superior	85.5	14.5	47.2	25.6	21.0	4.1	2.1	9.4	50.8	10.2	13.8	15.9
Nº membros da família												
1 indivíduo	88.9	11.1	42.5	40.9	13.6	1.8	1.3	12.3	62.8	7.0	9.1	8.8
2 indivíduos	87.5	12.5	48.2	35.2	12.5	3.2	0.9	11.9	65.4	6.3	8.1	8.2
3 indivíduos	87.8	12.2	54.0	23.5	16.3	4.8	1.5	10.6	52.3	5.7	15.2	16.2
4 indivíduos	88.4	11.6	54.1	20.9	19.0	4.4	1.5	9.1	48.0	9.3	19.4	14.3
Mais de 4 indivíduos	87.7	12.3	45.4	31.7	17.2	4.6	1.2	9.0	39.4	7.1	12.4	32.1
Percentil da riqueza líquida												
<=20	92.0	8.0	75.3	13.7	-0.2	10.9	0.3	47.7	27.6	1.3	10.2	13.2
20-40	89.4	10.6	82.5	5.2	4.2	7.6	0.6	22.4	57.2	1.2	10.0	9.2
40-60	87.6	12.4	83.7	8.4	1.3	5.8	0.8	17.8	62.2	3.8	9.8	6.5
60-80	85.9	14.1	75.8	13.2	4.6	5.1	1.3	11.3	65.0	3.2	13.6	6.8
80-90	85.3	14.7	59.4	27.5	8.1	3.9	1.1	9.0	63.0	6.3	16.1	5.7
>90	89.4	10.6	22.9	46.4	27.4	1.8	1.5	6.5	47.0	11.1	11.8	23.6

QUADRO 2. Composição da riqueza bruta por tipo de ativos e características das famílias: ISFF 2013.

Unidade: Em percentagem

A importância primordial da residência principal na riqueza é comum à maioria das classes de famílias analisadas. O seu peso nos ativos reais reduz-se contudo com o rendimento e com a idade do indivíduo de referência assim como nas classes mais elevadas de riqueza líquida. O peso dos restantes imóveis apresenta uma maior heterogeneidade por tipo de família, aumentando com a idade e também nas famílias com maiores níveis de riqueza líquida. Para as famílias na classe mais elevada de riqueza líquida este é o ativo mais importante, sendo seguido pelos negócios por conta própria. Por idade, a importância dos negócios é maior para as famílias em que o indivíduo de referência é mais jovem, reduzindo-se em especial após a idade de reforma. Por situação no mercado de trabalho, os negócios assumem, como seria de esperar, um peso dominante na riqueza das famílias em que o indivíduo de referência é trabalhador por conta própria.

Cerca de 75 por cento das famílias portuguesas são proprietárias da residência principal, cerca de 30 por cento são proprietárias de outros imóveis e cerca de 13 por cento são proprietárias de negócios nos quais participam ativamente (Quadro 3). Os valores medianos destes ativos para as famílias que os detêm situam-se em cerca de 90 mil, 60 mil e 50 mil euros, respetivamente. Os veículos motorizados são o segundo ativo mais frequente na riqueza real das famílias, sendo detido por mais de 70 por cento das famílias, mas têm um valor mediano de apenas 5 mil euros. Face ao conjunto da área do euro, em Portugal uma maior percentagem de famílias é proprietária de imóveis, mas o peso destes na riqueza real é idêntico.

As taxas de participação e os valores medianos dos diferentes ativos reais seguem em geral um padrão semelhante ao da evolução do valor da riqueza total, i.e., aumentam com o rendimento e com a riqueza líquida e atingem valores mais elevados nas famílias em que o indivíduo de referência tem um nível de escolaridade superior ou é trabalhador por conta própria. Por idade, a percentagem de famílias que é proprietária da residência principal atinge um valor muito elevado logo na segunda classe etária, enquanto no caso dos restantes imóveis aumenta até à classe etária posterior à idade de reforma. O valor mediano da residência principal reduz-se com a idade do indivíduo de referência, refletindo provavelmente o facto de agregados mais novos deterem imóveis também construídos mais recentemente e que em média terão um valor mais elevado.

	Porcentagem de famílias que detêm os ativos em cada classe						Valor mediano dos ativos para as famílias que os detêm (milhares de EUR)					
	Qualquer ativo real	Residência principal	Outros imóveis	Negócios por conta própria	Veículos motorizados	Outros bens de valor	Todos os ativos reais	Residência principal	Outros imóveis	Negócios por conta própria	Veículos motorizados	Outros bens de valor
Total	90.0	74.7	30.3	12.7	73.3	9.6	101.9	91.3	62.2	49.0	5.0	5.0
Percentil do rendimento												
<=20	74.0	60.6	19.8	3.2	39.2	4.0	52.2	51.1	19.7	5.8	1.5	1.0
20-40	86.8	66.8	26.6	7.0	64.8	6.9	70.9	70.9	25.8	12.7	2.0	1.4
40-60	93.7	76.1	28.8	11.8	80.3	8.9	97.0	88.0	63.2	19.4	4.0	2.8
60-80	96.3	78.7	30.1	13.4	89.2	11.1	112.4	100.0	73.5	28.0	5.5	4.8
80-90	99.1	89.0	38.4	25.2	92.7	11.6	162.5	120.0	80.9	77.2	9.2	6.1
>90	99.2	93.7	54.5	30.7	93.2	22.6	268.4	151.0	121.0	127.1	15.0	14.0
Idade												
<35	84.3	54.9	16.0	11.0	78.7	7.5	97.8	107.5	58.2	54.1	5.2	2.8
35-44	94.8	79.7	22.8	16.8	86.5	7.5	115.0	100.0	71.0	57.8	6.1	5.0
45-54	90.6	76.1	30.3	17.0	80.3	11.4	107.1	98.7	51.4	27.5	5.5	5.5
55-64	91.3	78.8	34.4	14.9	78.8	11.2	110.7	98.0	75.9	65.5	5.0	6.4
65-74	91.2	79.2	41.9	9.0	67.5	9.7	90.2	75.0	62.3	43.8	3.0	3.1
>=75	83.8	71.2	35.0	3.2	40.0	9.7	73.0	62.4	52.0	5.0	1.5	4.7
Condição perante o trabalho												
Trabalhador por c/ outrem	93.1	76.0	24.6	7.4	85.0	9.4	105.2	100.0	60.0	23.0	6.0	5.0
Trabalhador por c/ própria	98.9	84.3	51.5	78.0	88.8	12.0	221.4	113.5	96.1	53.0	7.5	9.3
Desempregado	75.4	54.3	14.0	2.6	63.6	7.7	74.7	87.3	59.0	69.5	4.1	2.5
Reformado	88.0	76.7	36.4	2.0	58.8	10.4	83.7	70.2	52.3	29.8	2.5	3.6
Outras situações	77.3	61.7	24.6	1.1	33.4	3.0	59.5	54.9	68.8	5.0	1.5	28.9
Escolaridade												
Inferior ao secundário	87.9	71.9	29.8	10.8	67.4	7.9	85.0	76.8	50.0	46.2	3.9	3.0
Ensino secundário	91.5	77.5	24.0	14.2	84.2	9.3	117.2	102.3	68.0	50.0	6.1	3.9
Ensino superior	97.5	84.1	37.5	18.9	88.6	17.0	174.5	138.5	117.0	54.0	10.0	10.0
Nº membros da família												
1 indivíduo	79.0	62.9	25.8	4.2	39.3	8.4	71.8	66.9	66.4	17.0	2.5	2.5
2 indivíduos	91.5	77.0	34.0	10.8	74.1	8.5	100.0	83.3	50.0	29.5	3.0	5.0
3 indivíduos	94.6	77.6	30.2	14.3	89.0	10.9	110.0	99.9	60.0	41.2	5.2	4.1
4 indivíduos	94.8	83.2	28.4	21.2	87.0	12.4	130.5	106.2	75.0	64.1	7.3	5.8
Mais de 4 indivíduos	87.3	67.9	31.2	19.8	79.4	7.0	118.8	100.0	93.5	47.8	6.0	18.0
Percentil da riqueza líquida												
<=20	55.3	18.9	3.6	3.0	47.0	2.9	3.4	70.0	73.0	0.0	2.0	0.8
20-40	95.2	75.4	15.7	5.8	70.1	5.7	39.6	50.0	8.3	4.7	4.9	1.8
40-60	99.5	91.0	24.0	7.7	76.1	8.2	75.3	70.9	17.7	5.1	4.4	1.2
60-80	100.0	95.5	37.5	13.1	85.9	12.3	133.7	100.3	46.9	21.8	5.9	4.8
80-90	100.0	93.6	59.5	22.5	88.7	14.5	248.9	150.0	103.5	58.1	8.3	6.5
>90	100.0	92.0	82.1	45.0	86.0	23.6	610.1	162.0	320.1	319.3	10.2	21.2

QUADRO 3. Participação e valores medianos dos ativos reais por tipo de ativos e características das famílias: ISFF 2013.

### *Ativos financeiros*

Os depósitos são os ativos com maior peso na riqueza financeira, representando os depósitos à ordem e a prazo, respetivamente, cerca de 11 por cento e 56 por cento da riqueza financeira total (Quadro 2). Os ativos transacionáveis (ações cotadas, títulos de dívida transacionáveis e fundos de investimento) representam cerca de 7 por cento, os planos voluntários de pensões cerca de 13 por cento e os restantes ativos financeiros cerca de 14 por cento<sup>4</sup>. Em comparação com o conjunto da área do euro, os depósitos têm um peso bastante mais elevado na riqueza financeira das famílias em Portugal.

Os depósitos a prazo são o ativo com maior importância na riqueza financeira de todos os tipos de famílias, com exceção das que se situam na classe de riqueza líquida mais baixa, para as quais os depósitos à ordem têm um peso dominante. O peso dos depósitos totais é maior nas classes de rendimento e de riqueza líquida mais baixas e nas famílias em que o indivíduo de referência se encontra nas classes etárias mais elevadas ou tem um nível de escolaridade mais baixo. Como seria de esperar, estas famílias são aquelas para as quais os ativos transacionáveis, que têm associado um risco mais elevado e exigem maiores conhecimentos financeiros têm um peso mais reduzido. O peso destes ativos aumenta de cerca de 1 por cento na classe de riqueza líquida mais baixa, para cerca de 10 por cento na classe das famílias mais ricas. A importância dos regimes voluntários de pensões é maior para as famílias nas classes intermédias de rendimento e de riqueza líquida, bem como para as famílias em que o indivíduo de referência se encontra em idade ativa ou completou pelo menos o ensino secundário.

De acordo com o esperado, a seguir aos depósitos à ordem (detidos por 96 por cento das famílias), os depósitos a prazo são o tipo de ativo financeiro mais frequente, sendo detidos por cerca de 50 por cento das famílias (Quadro 4). Cerca de 17 por cento das famílias têm planos voluntários de pensões e apenas 8 por cento detêm ativos transacionáveis. Os depósitos a prazo são o ativo financeiro com o valor mediano mais elevado para as famílias que os possuem (cerca de 11 mil euros). O valor mediano tanto dos ativos transacionáveis como dos planos voluntários de pensões ou dos restantes ativos, é de cerca de 5 mil euros. Os depósitos à ordem têm um valor mediano de mil euros.

---

4. Os restantes ativos financeiros englobam principalmente participações em empresas não cotadas em que os membros da família tenham um papel apenas como investidores e empréstimos efetuados pela família (Apêndice B).

	Porcentagem de famílias que detêm os ativos em cada classe						Valor mediano dos ativos para as famílias que os detêm (milhares de EUR)					
	Qualquer ativo financeiro	Depósitos à ordem	Depósitos a prazo	Ativos transac.	Planos voluntários de pensões	Outros ativos financeiros	Todos os ativos financeiros	Depósitos à ordem	Depósitos a prazo	Ativos transac.	Planos voluntários de pensões	Outros ativos financeiros
Total	96.3	95.6	48.3	8.1	17.2	10.5	5.1	1.0	11.1	4.9	4.9	5.0
Percentil do rendimento												
<=20	88.0	87.0	26.5	1.3	4.4	6.5	1.1	0.5	10.0	8.5	2.4	3.9
20-40	96.7	95.2	42.9	1.3	7.8	7.9	2.4	0.6	10.0	1.4	2.8	2.8
40-60	97.9	97.5	46.9	5.8	14.3	11.7	4.3	0.9	10.0	3.3	3.4	4.4
60-80	99.1	98.5	55.8	8.6	22.8	10.9	6.7	1.2	10.4	2.3	3.2	4.7
80-90	99.6	99.6	65.6	13.7	31.3	13.4	12.7	1.9	10.2	4.5	4.2	8.1
>90	100.0	100.0	73.5	33.4	42.1	18.2	32.0	3.0	24.7	6.4	9.9	8.6
Idade												
<35	97.2	97.1	45.1	7.0	22.4	9.2	2.5	0.7	5.0	10.0	1.8	2.3
35-44	98.7	98.5	52.9	10.2	27.2	13.5	5.0	0.9	7.7	2.3	3.4	4.0
45-54	97.4	97.0	43.5	8.1	20.7	12.4	4.7	1.0	12.0	5.5	5.0	4.9
55-64	96.6	96.2	47.7	9.8	17.7	11.3	6.4	1.0	14.9	5.1	9.0	9.1
65-74	96.6	95.1	50.9	7.2	8.6	7.5	6.0	1.2	17.8	5.0	6.0	7.4
>=75	90.0	88.3	48.8	4.7	2.5	6.9	6.8	1.0	19.9	2.4	13.8	5.8
Condição perante o trabalho												
Trabalhador por c/ outrem	99.1	98.8	50.5	9.6	24.8	11.2	4.8	1.0	9.9	4.0	3.4	3.0
Trabalhador por c/ própria	98.4	98.3	51.3	12.3	24.2	19.7	10.6	2.0	14.5	5.3	10.0	14.6
Desempregado	91.6	91.0	30.4	3.4	10.3	11.0	1.2	0.4	6.1	5.5	4.2	4.0
Reformado	94.4	92.9	51.4	6.3	7.5	7.0	6.8	1.1	16.6	3.7	6.0	5.6
Outras situações	84.2	83.6	29.6	3.8	2.6	5.8	1.3	0.5	9.8	28.2	5.0	40.6
Escolaridade												
Inferior ao secundário	94.9	94.1	42.7	4.3	10.6	9.1	3.3	0.8	10.4	4.6	4.4	4.8
Ensino secundário	98.9	98.0	53.7	10.3	25.9	12.7	6.6	1.0	10.0	4.2	3.1	4.0
Ensino superior	99.8	99.8	66.9	21.8	36.9	14.8	16.8	2.0	15.5	5.0	6.0	5.0
Nº membros da família												
1 indivíduo	92.0	91.0	39.1	5.0	10.3	7.6	2.9	0.7	10.8	2.2	4.6	4.4
2 indivíduos	96.9	95.9	50.9	7.1	14.5	9.5	6.8	1.0	14.6	3.1	3.4	3.1
3 indivíduos	98.0	97.8	52.3	9.7	22.2	12.5	5.8	1.0	10.0	5.0	4.6	5.0
4 indivíduos	98.3	97.9	50.6	10.9	22.6	12.4	5.2	1.0	9.9	3.4	7.7	6.2
Mais de 4 indivíduos	95.2	94.4	43.8	9.4	18.7	12.4	3.9	0.9	14.0	6.9	6.7	9.1
Percentil da riqueza líquida												
<=20	90.1	89.6	15.6	1.3	5.2	4.3	0.4	0.3	2.0	0.5	1.2	1.0
20-40	95.2	93.9	42.5	3.0	14.6	9.6	3.1	0.8	6.0	0.7	2.3	3.3
40-60	97.7	97.3	52.7	5.3	15.5	9.5	6.0	1.0	9.8	4.6	3.7	3.8
60-80	99.4	98.6	61.2	8.7	20.4	11.3	12.0	1.5	17.9	4.3	5.6	5.0
80-90	99.2	99.2	68.2	17.5	29.6	14.0	26.1	2.0	25.3	5.0	8.9	5.1
>90	99.2	98.1	70.9	26.9	30.9	22.0	40.7	3.0	30.9	7.2	14.6	15.0

QUADRO 4. Participação e valores medianos dos ativos financeiros por tipo de ativos e características das famílias: ISFF 2013.

Tal como ocorre com os ativos reais, tanto as taxas de participação como os valores medianos dos diferentes ativos financeiros aumentam em geral com o nível de riqueza líquida e de rendimento. Por classes de idade, as taxas de participação atingem valores máximos para a maioria dos ativos financeiros quando o indivíduo de referência tem 35-44 anos. Estas famílias não são, contudo, aquelas com os valores medianos mais elevados. O valor dos depósitos tende a aumentar com a idade. O valor dos ativos transacionáveis atinge valores mais elevados nas famílias em que o indivíduo de referência é mais jovem e os planos voluntários de pensões assim como os outros ativos financeiros na classe etária anterior à idade de reforma. Para este padrão de comportamento dos outros ativos financeiros contribuem, em particular, as dívidas que as famílias têm a receber. Como referido no Apêndice A, no ISFF de 2013, de entre estas dívidas foram identificadas aquelas que se referem a dívidas de empresas que sejam propriedade de algum membro do agregado. Este tipo de ativo representa cerca de 4 por cento da riqueza financeira total das famílias, mas pesa 12 por cento para as famílias que têm negócios.

### *Dívida*

As hipotecas da residência principal representam ligeiramente mais de 80 por cento do total da dívida das famílias (Quadro 5). O peso dominante da hipoteca da residência principal na dívida é comum a todas as classes de famílias, sendo relativamente mais baixo nas famílias com indivíduos de referência mais idosos e naquelas em que estes são trabalhadores por conta própria ou reformados. Em linha com o que ocorre com a propriedade de outros imóveis, a importância das hipotecas de outros imóveis é bastante mais heterogênea, tendo um peso mais elevado na dívida das famílias com níveis maiores de rendimento e riqueza líquida e quando o indivíduo de referência é trabalhador por conta própria. As restantes dívidas têm um peso maior para as famílias em que o indivíduo de referência tem um nível de escolaridade mais baixo, não está a trabalhar, nem é desempregado ou é mais idoso. Os empréstimos não garantidos têm um maior peso na dívida das famílias de menor rendimento. No caso dos cartões de crédito, linhas de crédito e descobertos bancários, não parece existir uma relação com o rendimento.

Cerca de 45 por cento das famílias portuguesas possuíam algum tipo de dívida no segundo trimestre de 2013, sendo o valor mediano dessa dívida de 48,5 mil euros (Quadro 6). A percentagem de famílias endividadas em Portugal é idêntica à existente na área do euro, mas o valor mediano da dívida é superior, refletindo a maior participação em dívida hipotecária.

	Hipoteca da residência principal	Hipoteca de outros imóveis	Empréstimos não garantidos por imóveis	Cartão de crédito, linhas de crédito e descobertos bancários
Total	82.4	10.6	6.2	0.8
Percentil do rendimento				
<=20	86.3	6.2	6.7	0.8
20-40	84.8	1.6	12.6	1.1
40-60	83.1	7.6	8.4	0.9
60-80	84.5	8.5	6.4	0.6
80-90	86.8	8.5	4.2	0.6
>90	75.6	19.1	4.4	0.9
Idade				
<35	81.2	14.3	3.9	0.6
35-44	85.7	9.6	4.4	0.3
45-54	82.9	10.5	5.7	0.8
55-64	78.4	7.4	11.7	2.6
65-74	53.3	10.9	33.9	2.0
>=75	37.2	22.8	31.6	8.5
Condição perante o trabalho				
Trabalhador por c/ outrem	87.3	7.7	4.5	0.5
Trabalhador por c/ própria	67.7	23.0	7.8	1.5
Desempregado	82.0	8.4	8.3	1.3
Reformado	66.0	9.1	23.3	1.7
Outras situações	79.0	0.1	19.6	1.3
Escolaridade				
Inferior ao secundário	81.9	7.3	9.8	1.1
Ensino secundário	87.4	7.6	4.6	0.5
Ensino superior	80.1	15.5	3.7	0.7
Nº membros da família				
1 indivíduo	85.6	5.3	7.2	1.8
2 indivíduos	77.6	15.1	6.3	1.0
3 indivíduos	82.6	9.8	7.0	0.7
4 indivíduos	85.3	9.9	4.3	0.4
Mais de 4 indivíduos	80.7	10.6	7.7	0.9
Percentil da riqueza líquida				
<=20	75.1	9.0	14.8	1.1
20-40	86.3	9.7	3.4	0.6
40-60	90.5	5.1	4.1	0.3
60-80	84.3	9.8	5.3	0.6
80-90	81.1	15.1	3.4	0.5
>90	69.6	20.0	8.5	1.9

QUADRO 5. Composição da dívida por tipo de dívida e características das famílias: ISFF 2013.

Unidade: Em percentagem

	Porcentagem de famílias com dívida em cada classe					Valor mediano das dívidas para as famílias que as têm (milhares de EUR)				
	Qualquer dívida	Hipoteca da residência principal	Hipoteca de outros imóveis	Empréstimos não garantidos por imóveis	Cartão de crédito, linhas de crédito e descobertos bancários	Todas as dívidas	Hipoteca da residência principal	Hipoteca de outros imóveis	Empréstimos não garantidos por imóveis	Cartão de crédito, linhas de crédito e descobertos bancários
Total	45.9	32.7	3.7	17.3	8.8	48.5	63.7	58.8	4.0	0.7
Percentil do rendimento										
<=20	21.6	11.1	0.6	10.8	4.1	9.9	41.9	43.3	1.6	0.5
20-40	30.4	16.8	0.3	14.8	6.0	12.2	39.5	54.0	3.0	0.5
40-60	49.4	35.1	3.4	19.8	9.0	45.6	58.7	37.3	5.3	0.8
60-80	58.8	42.6	5.2	22.0	12.3	53.6	65.1	62.8	4.3	0.6
80-90	69.1	57.3	6.5	20.1	13.3	73.6	80.4	70.2	5.0	0.7
>90	69.4	58.4	11.2	18.2	11.7	80.4	86.8	70.2	8.7	1.1
Idade										
<35	65.1	45.0	2.8	25.7	12.4	76.8	89.9	83.4	3.8	0.5
35-44	75.5	61.6	7.7	25.8	11.8	68.7	72.8	65.0	5.6	0.5
45-54	60.2	44.3	4.8	20.9	11.8	39.3	49.5	61.1	3.8	0.8
55-64	41.4	26.1	2.6	17.1	9.1	19.7	35.1	32.3	3.6	0.8
65-74	17.1	7.1	1.9	8.7	4.1	9.1	24.6	27.8	7.0	1.0
>=75	4.9	0.8	0.2	3.1	2.0	4.2	32.0	151.2	3.0	2.1
Condição perante o trabalho										
Trabalhador por c/ outrem	67.6	52.7	5.0	23.8	12.0	56.5	68.3	63.0	4.3	0.5
Trabalhador por c/ própria	55.8	40.0	8.3	18.7	11.1	59.6	72.4	62.6	9.7	1.5
Desempregado	45.3	22.2	2.0	23.2	9.8	12.4	60.5	54.6	1.6	0.5
Reformado	15.5	7.4	1.1	6.9	4.0	8.9	21.1	18.7	3.3	0.9
Outras situações	11.6	5.3	0.0	8.8	1.0	10.8	52.7	0.0	2.9	0.8
Escolaridade										
Inferior ao secundário	36.1	22.6	2.2	16.5	6.8	25.3	48.0	31.8	3.7	0.6
Ensino secundário	68.8	55.0	5.2	21.7	15.8	60.6	69.2	63.6	5.0	0.7
Ensino superior	67.3	55.8	8.4	16.9	11.2	84.7	89.9	74.3	5.7	0.7
Nº membros da família										
1 indivíduo	26.3	35.4	1.2	10.4	8.2	31.0	59.9	28.0	3.0	0.5
2 indivíduos	32.8	32.6	1.9	12.3	6.7	35.4	56.0	43.1	3.6	0.5
3 indivíduos	58.9	37.2	5.4	21.9	10.1	54.4	66.6	63.0	6.9	1.0
4 indivíduos	70.1	16.8	6.9	24.4	10.0	56.6	65.0	53.6	4.2	0.8
Mais de 4 indivíduos	59.4	460.1	5.1	26.8	12.6	49.2	69.2	83.7	5.0	0.5
Percentil da riqueza líquida										
<=20	37.7	15.8	1.8	24.4	9.6	20.2	85.1	90.0	3.4	0.6
20-40	54.0	43.3	3.0	17.6	11.7	62.3	70.9	66.4	3.9	0.6
40-60	50.0	40.5	2.6	16.9	7.1	42.4	49.3	50.4	3.0	0.6
60-80	43.3	33.1	2.3	14.6	7.3	40.7	55.2	51.0	6.4	0.6
80-90	44.6	31.9	7.8	12.5	8.5	43.5	57.2	44.7	4.2	0.8
>90	44.3	29.5	9.4	13.5	7.9	62.0	74.4	50.4	11.3	2.4

QUADRO 6. Participação e valores medianos da dívida por tipo de dívida e características das famílias: ISFF 2013.

A percentagem de famílias endividadas e o valor mediano da dívida aumentam com o rendimento e são maiores para as famílias em que o indivíduo de referência é trabalhador, se situa numa classe etária inferior aos 45 anos ou tem um nível de escolaridade mais elevado. Este padrão de comportamento é em grande parte determinado pela dívida garantida por imóveis. A participação nas dívidas não garantidas por imóveis também tem uma maior incidência nas classes etárias mais jovens. O seu valor não parece contudo estar muito relacionado com a idade no caso dos empréstimos não garantidos e aumenta com a idade no caso dos cartões de crédito, linhas de crédito e descobertos bancários. Por classes de rendimento, a participação nas dívidas não hipotecárias atinge o valor máximo nas classes intermédias, embora o valor aumente, tal como no caso das hipotecas, com o rendimento. Por situação no mercado de trabalho, a incidência das dívidas não garantidas é maior não só nas famílias em que o indivíduo de referência está a trabalhar, como acontece nas hipotecas, mas também naquelas em que este se encontra desempregado. O valor mediano das dívidas não garantidas é mais elevado nas famílias em que em que o indivíduo de referência é trabalhador por conta própria.

### *Rendimento*

Segundo o ISFF 2013, os rendimentos brutos médio e mediano anuais das famílias portuguesas referentes a 2012 situavam-se em, respetivamente, 21,5 mil euros e 15,4 mil euros (Quadro 1). Nos 20 por cento das famílias com menor rendimento, a mediana era inferior a 6 mil euros, e nos 10 por cento de famílias de rendimento mais elevado era de cerca de 58 mil euros.

O rendimento aumenta com a idade do indivíduo de referência até à classe etária 45-54 anos, e reduz-se posteriormente. Ao contrário do que acontece com a riqueza líquida, as famílias em que o indivíduo de referência é mais jovem têm níveis de rendimento superiores àquelas em que é mais idoso. Este resultado mantém-se quando se leva em conta a composição do agregado familiar, ou seja, quando se mede o rendimento por adulto equivalente. Como seria de esperar, o rendimento das famílias aumenta com o nível de escolaridade do indivíduo de referência e é mais elevado quando este se encontra a trabalhar, e em particular a trabalhar por conta própria.

Em termos agregados, a principal fonte de rendimento é o trabalho (que representa cerca de 70 por cento do total do rendimento), em especial o trabalho por conta de outrem (que representa cerca de 55 por cento do total). A segunda principal fonte de rendimento são as pensões concedidas por regimes públicos de proteção social (cerca de 20 por cento do total). O peso dos diferentes tipos de rendimentos altera-se contudo consoante a situação financeira da família. O rendimento do trabalho por conta de outrem é ligeiramente mais importante para as famílias nas três classes de riqueza mais reduzida, do que nas três classes de riqueza mais elevada

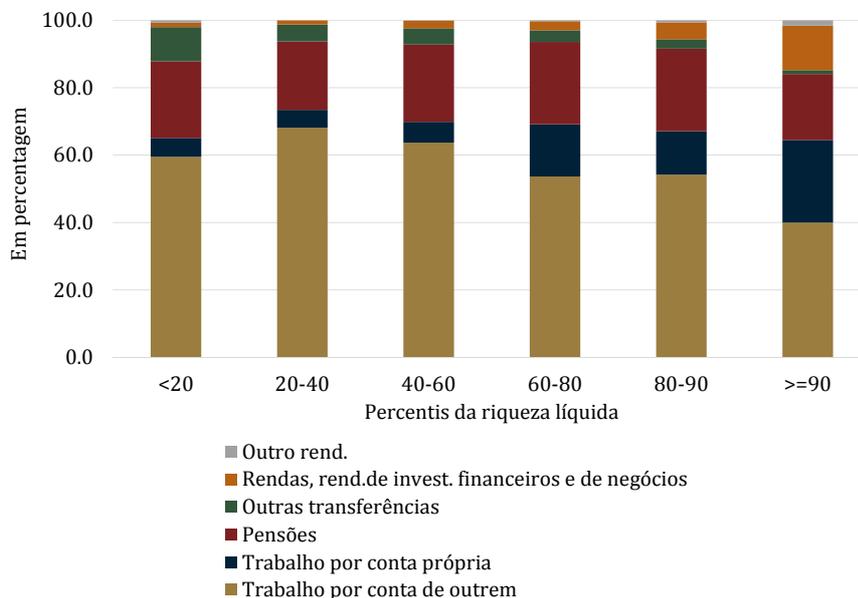


GRÁFICO 3: Composição do rendimento: ISFF 2013.

(Gráfico 3). O rendimento do trabalho por conta própria assume pelo contrário um maior peso nas famílias mais ricas. Nestas famílias, os rendimentos de rendas, investimentos financeiros e negócios têm igualmente um peso significativamente mais elevado do que nas restantes.

O ISFF inclui algumas perguntas de natureza qualitativa que permitem avaliar se as famílias tiveram algum choque negativo no seu rendimento ou na sua situação no mercado de trabalho nos anos anteriores à entrevista. No ISFF 2013, cerca de 45 por cento das famílias consideraram que o rendimento do ano anterior tinha sido inferior ao de um ano normal. Esta percentagem é superior a 50 por cento nas classes mais elevadas de rendimento, assim como nas famílias em que o indivíduo de referência está desempregado, é trabalhador por conta própria, tem uma idade intermédia e um nível de escolaridade mais elevado. De entre as famílias em que o indivíduo de referência trabalhou nalgum momento nos três anos anteriores ao ISFF 2013, a percentagem em que este declara ter tido nesse período uma redução do rendimento do trabalho aumenta com o rendimento, enquanto a percentagem em que declara ter ficado desempregado é maior nos níveis de rendimentos mais baixos (Gráfico 4). Estes dados sugerem que as famílias com um rendimento mais reduzido tenham sido nos três anos anteriores ao inquérito

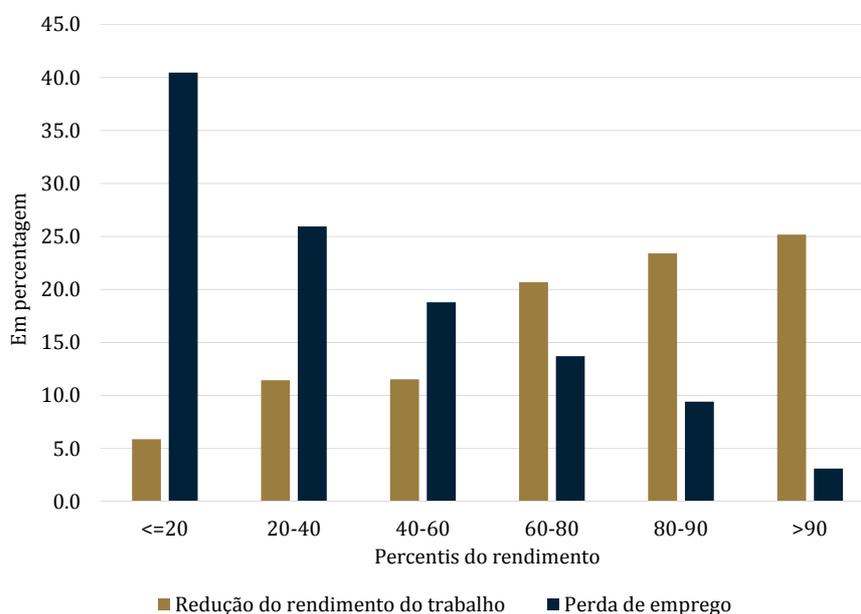


GRÁFICO 4: Evolução desfavorável da situação no trabalho: ISFF 2013.

Nota: Percentagem de famílias em que o indivíduo de referência perdeu o emprego ou teve uma redução do rendimento do trabalho nos 3 anos anteriores ao ISFF 2013, no número total de famílias nas quais o indivíduo de referência trabalhou em algum momento nesse período.

relativamente mais afetadas por um aumento do desemprego, e as famílias com rendimento mais elevado por reduções no rendimento do trabalho<sup>5</sup>.

### *Consumo*

No ISFF, a informação relativa ao consumo é menos abrangente do que nos casos da riqueza e do rendimento e é recolhida de uma forma mais agregada, incidindo principalmente sobre o consumo de bens não duradouros e de serviços<sup>6</sup>. De acordo com o ISFF 2013, a média da despesa regular anual das famílias em bens não duradouros e serviços é 10 mil euros e a mediana 8,4 mil euros (Quadro 1).

5. A percentagem de famílias em que o indivíduo de referência declara ter perdido o emprego reduz-se igualmente com o nível de escolaridade. Isto sugere que a relação decrescente com o rendimento, não estará a ser determinada por uma recomposição dos percentis mais baixos de rendimento a favor de famílias em que o indivíduo de referência perdeu o emprego.

6. O ISFF não permite ter uma estimativa tão exata do consumo como a que se obtém por exemplo em inquéritos à despesa das famílias, onde este é recolhido de forma muito desagregada.

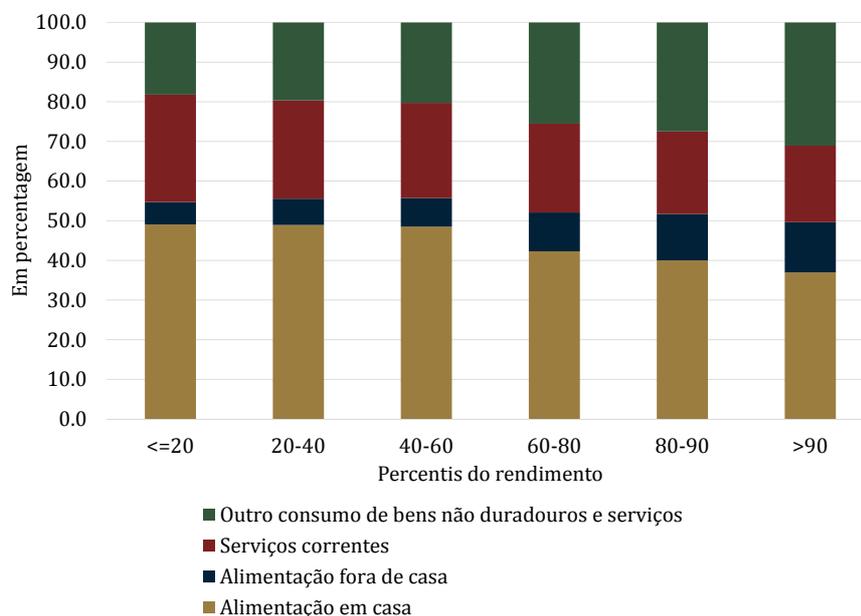


GRÁFICO 5: Composição do consumo: ISFF 2013.

Os valores médios e medianos do consumo aumentam com a riqueza líquida, com o nível de escolaridade e de forma mais significativa com o rendimento. Por situação no mercado de trabalho, o consumo atinge os valores mais elevados nas famílias em que o indivíduo de referência está a trabalhar e por idade naquelas em que tem entre 35 e 44 anos. O consumo por adulto equivalente tem um padrão de comportamento semelhante, embora apresente uma menor dispersão por tipo de família e atinja o valor máximo na classe dos 55-64 anos. As componentes do consumo recolhidas no ISFF variam por tipo de família de forma idêntica ao consumo total. O peso da alimentação em casa e dos serviços correntes reduz-se contudo com o rendimento, observando-se como contrapartida um aumento tanto da alimentação fora de casa e como das restantes despesas em bens não duradouros e serviços (Gráfico 5).

### Desenvolvimentos macroeconómicos no período 2010-13

Na parte remanescente do artigo os resultados do ISFF 2013 serão comparados como os do ISFF 2010. Antes de se proceder a essa análise é importante descrever brevemente o enquadramento macroeconómico da economia portuguesa no período entre as duas primeiras edições do ISFF.

Ao longo de 2010 e no início de 2011, Portugal foi severamente atingido pelo aumento de aversão ao risco associado à crise de dívida soberana da

área do euro. As condições de acesso aos mercados financeiros internacionais deterioraram-se significativamente, tendo o país pedido um Programa de Assistência Económica e Financeira em maio de 2011, o qual terminou em junho de 2014. Este programa envolveu a implementação de uma série de medidas tendo em vista a correção dos desequilíbrios prevaletentes nos balanços do setor privado e do setor público e a remoção de alguns bloqueios ao crescimento potencial. Muitas das medidas económicas implementadas no período entre as duas edições do inquérito tiveram um impacto direto negativo na situação financeira das famílias, envolvendo, por exemplo, reduções de remunerações de funcionários públicos e reformados, aumento de impostos diretos e indiretos e redução dos benefícios associados ao desemprego.

Durante este período a economia portuguesa enfrentou uma forte recessão centrada num ajustamento em baixa da procura interna. Num contexto de redução do rendimento disponível, de aumento da taxa de desemprego e de forte queda na confiança dos consumidores, o consumo privado reduziu-se significativamente e a taxa de poupança das famílias interrompeu a tendência de redução que vinha a registar desde o início da área do euro (Banco de Portugal (2016)).

O aumento da perceção de risco, num contexto em que os bancos enfrentaram dificuldades de financiamento e a necessidade de reestruturarem os seus balanços traduziu-se igualmente numa deterioração das condições de financiamento das famílias. Neste contexto, os diferenciais face às taxas de juro de mercado aplicadas nos novos empréstimos concedidos pelos bancos aumentaram significativamente e o montante total de novos empréstimos reduziu-se.

As famílias endividadas, e em especial aquelas com dívida à habitação, beneficiaram contudo da redução registada nas taxas de juro Euribor num contexto da política monetária acomodatória implementada pelo BCE. Por fim, a situação financeira das famílias terá ainda sido afetada neste período pela redução registada nos preços dos imóveis e dos ativos financeiros com um maior grau de risco.

### Alterações na distribuição da riqueza líquida no período 2010-13

Nesta secção comparam-se os principais resultados obtidos no ISFF 2013 e no ISFF 2010<sup>7</sup>. Esta análise é efetuada em termos reais, tendo para o efeito os dados de 2010 sido ajustados pela inflação<sup>8</sup>.

A comparação dos resultados entre as duas edições do inquérito deve ser efetuada e interpretada com cautela. Em primeiro lugar, na comparação por grupos de famílias é importante ter presente que a composição desses grupos se altera ao longo do tempo e que essas alterações podem ter sido particularmente significativas no período em análise, dados os desenvolvimentos macroeconómicos referidos na secção anterior. Por exemplo, a variação do rendimento das famílias cujo indivíduo de referência está desempregado reflete alterações que resultam da evolução do rendimento dos indivíduos que estavam desempregados em 2010 e continuam desempregados em 2013, assim como um efeito de composição que decorre do tipo de famílias com o indivíduo de referência desempregado se ter alterado. Em segundo lugar, na comparação dos resultados é importante levar em consideração a incerteza subjacente à produção dos dados do inquérito nas duas edições. Assim, nas comparações dos principais resultados serão levados em conta os erros-padrão das estatísticas, dando-se um maior enfoque aos casos em que se rejeite a igualdade dos valores obtidos com as duas edições do inquérito<sup>9</sup>.

Segundo os dados do ISFF, a riqueza líquida mediana das famílias portuguesas apresentou uma redução em termos reais no período entre o segundo trimestre de 2010 e o segundo trimestre de 2013 (Quadro 7). No caso da riqueza média, a redução não é estatisticamente significativa. De facto, em termos médios ocorreu uma redução da riqueza não financeira, a qual terá sido contudo compensada por uma redução da dívida. A riqueza financeira não registou variações significativas. No caso do rendimento, os valores médio e mediano obtidos no ISFF 2013, traduzem uma redução real face aos valores do ISFF 2010. Em termos gerais, esta evolução está em linha com a informação macroeconómica disponível para o rendimento, riqueza

---

7. Os dados da primeira edição diferem ligeiramente dos anteriormente divulgados pelo facto de ter sido efetuada uma revisão dos ponderadores incorporando informação mais atualizada (Apêndice A).

8. Todos os valores do ISFF de 2010 foram atualizados em 7,9 por cento, o que corresponde à inflação no período 2009-12, i.e., entre os períodos de referência do rendimento. A inflação registada entre o segundo trimestre de 2010 e o segundo trimestre de 2013, i.e. entre os períodos de referência dos ativos e passivos, é muito próxima desta.

9. Os erros-padrão utilizados levam em conta a incerteza associada aos processos de amostragem e de imputação, uma vez que refletem a variação das estatísticas entre as cinco versões da base de dados que resultam da imputação assim como a variação que resulta da utilização das mil réplicas dos ponderadores que fazem parte da base de dados do ISFF (como explicado no Anexo 1 de Costa e Farinha (2012a)).

	Mediana		Média	
	ISFF 2010	ISFF 2013	ISFF 2010	ISFF 2013
Riqueza líquida	85.0 (3.2)	71.2*** (2.4)	170.4 (8.9)	156 (5.7)
Riqueza bruta	114.3 (2.7)	103.9*** (2.3)	203.0 (8.9)	184.8* (5.7)
Riqueza real	103.9 (3.2)	90.8*** (2.3)	179.5 (7.9)	162.5* (5.3)
Riqueza financeira	4.4 (0.3)	4.5 (0.4)	23.5 (1.5)	22.2 (0.9)
Dívida	0.0	0.0	32.6 (0.3)	28.8*** (0.2)
Rendimento	16.6 (0.4)	15.4*** (0.2)	23.3 (0.5)	21.5** (0.5)

QUADRO 7. Principais agregados: ISFF 2010 vs ISFF 2013.

Unidades: Milhares de euros.

Notas: Os valores do ISFF 2010 estão ajustados pelo crescimento dos preços no consumo entre as duas edições do inquérito. Os valores entre parêntesis correspondem aos erros padrão. \*\*\*, \*\* e \* indicam que o teste de igualdade das estatísticas obtidas com o ISFF 2010 e o ISFF 2013 é rejeitado a 1 por cento, 5 por cento e 10 por cento, respetivamente.

financeira e dívida. Para os ativos não financeiros, não existem atualmente dados disponíveis nas contas nacionais; contudo, a redução dos preços dos imóveis e do investimento em habitação sugerem uma redução na riqueza real em linha com os dados do ISFF.

Por classes de riqueza líquida, a mediana da riqueza líquida reduziu-se em todas as classes inferiores ao percentil 80, permaneceu relativamente estável nas famílias com riqueza líquida entre os percentis 80 e 90 e aumentou para os 10 por cento das famílias mais ricas (Quadro 8)<sup>10</sup>. Esta evolução sugere um aumento na desigualdade na distribuição da riqueza líquida no período entre as duas edições do inquérito. De facto, a quota da riqueza líquida detida pela metade das famílias com riqueza mais baixa, reduziu-se de 8,7 por cento para 7,1 por cento, enquanto a quota da riqueza líquida do conjunto de 10 por cento de famílias mais ricas aumentou de 51,6 por cento para 52,1 por cento. Em linha com esta evolução o índice de Gini aumentou ligeiramente (de 66 por cento, para 67,8 por cento).

Este ligeiro aumento da desigualdade na distribuição da riqueza líquida reflete principalmente o comportamento diferenciado da riqueza real e da dívida para as famílias com diferentes níveis de riqueza líquida (Quadro 9). A riqueza real mediana para as famílias que são proprietárias de ativos reais

10. Estes resultados são robustos à exclusão das famílias que fazem parte da sub-amostra de sobre representação dos mais ricos e portanto não estarão a ser determinados pela alteração do método de sobre representação descrita no Apêndice A.

	Mediana		Média	
	ISFF 2010	ISFF 2013	ISFF 2010	ISFF 2013
Percentil da riqueza líquida				
<=20	1.7 (0.4)	0.5*** (0.1)	1.4 (0.8)	-2*** (0.7)
20-40	37.7 (3.4)	25.6*** (1.7)	36.7 (2.4)	26.8*** (1.7)
40-60	85.0 (3.2)	71.3*** (2.4)	85.2 (3.2)	72.3*** (2.4)
60-80	155.5 (6.1)	139.1** (4.5)	158.0 (5.2)	142.6** (4.1)
80-90	260.9 (10.8)	262.4 (9.8)	265.3 (9.1)	267.7 (10.7)
>90	545.9 (40.6)	629.1* (29.6)	878.1 (76.8)	813.9 (43.7)

QUADRO 8. Riqueza líquida: ISFF 2010 vs ISFF 2013.

Unidades: Milhares de euros.

Notas: Os valores do ISFF 2010 estão ajustados pelo crescimento dos preços no consumo entre as duas edições do inquérito. Os valores entre parêntesis correspondem aos erros padrão. \*\*\*, \*\* e \* indicam que o teste de igualdade das estatísticas obtidas com o ISFF 2010 e o ISFF 2013 é rejeitado a 1 por cento, 5 por cento e 10 por cento, respetivamente.

reduziu-se para todas as famílias com riqueza líquida inferior ao percentil 80, sendo esta redução estatisticamente significativa nas classes entre o percentil 20 e o percentil 80. No caso da dívida, enquanto nas três classes de riqueza líquida mais reduzidas a participação permaneceu constante ou aumentou, nas três classes de riqueza líquida mais elevadas registou-se uma redução significativa da percentagem de famílias com dívidas. Adicionalmente, embora os valores medianos da dívida sejam menores em 2013 do que em 2010 em todas as classes de riqueza líquida, esta redução não é estatisticamente significativa para as famílias com riqueza líquida inferior ao percentil 60. No caso da riqueza financeira a única alteração significativa é uma redução do seu valor mediano para os 20 por cento das famílias com a riqueza líquida mais reduzida.

No conjunto das famílias, a redução registada pela riqueza real foi determinada, por uma ligeira redução da participação e principalmente, pela diminuição do valor desses ativos para as famílias que os detêm. No caso da riqueza financeira, a participação terá registado um ligeiro acréscimo mas o valor mediano não se alterou significativamente. Relativamente à dívida, a redução observada para o conjunto das famílias parece decorrer principalmente de uma diminuição dos valores da dívida para as famílias endividadas. A percentagem de famílias endividadas permaneceu relativamente estável em cerca de 46 por cento.

Percentil da riqueza líquida	Ativos reais		Ativos financeiros		Dívida	
	ISFF 2010	ISFF 2013	ISFF 2010	ISFF 2013	ISFF 2010	ISFF 2013
	Percentagem de famílias com ativos ou dívida					
<=20	61.1 (2.2)	55.3 (2.7)	88.1 (1.5)	90.1 (1.5)	34.3 (2.6)	37.7 (2.5)
20-40	97.3 (1)	95.2 (1.1)	94.8 (1.1)	95.2 (1)	45.7 (2.7)	54.6** (2.2)
40-60	99.5 (0.5)	99.5 (0.5)	95.1 (1.3)	97.7* (0.8)	47.4 (2.9)	50 (2.4)
60-80	99.8 (0.4)	100 (0.3)	97.8 (1.1)	99.4 (0.5)	50.0 (3)	43.3* (2.1)
80-90	100.0 (1)	100 (0.6)	98.8 (1.3)	99.2 (0.9)	55.9 (3.9)	44.6** (3.5)
>90	100.0 (0.8)	100 (0.4)	99.6 (0.9)	99.2 (0.7)	51.6 (3.3)	44.3* (2.7)
Total	91.5 (0.5)	90* (0.6)	95.0 (0.5)	96.3** (0.4)	46.2 (0.9)	45.9 (0.8)
Valor mediano dos ativos ou dívida para as famílias que os detêm (milhares de EUR)						
<=20	5.3 (0.8)	3.4 (0.9)	0.8 (0.1)	0.4*** (0.1)	35.5 (16.9)	20.2 (12.4)
20-40	49.4 (4.1)	39.6* (4.1)	2.9 (0.5)	3.1 (0.5)	66.2 (6.5)	62.3 (4.9)
40-60	89.9 (3.9)	75.3*** (2.8)	5.5 (0.8)	6 (0.8)	46.0 (4.8)	42.4 (3.3)
60-80	161.9 (6.3)	133.7*** (5)	10.5 (1.1)	12 (1.8)	53.5 (5.1)	40.7** (3.3)
80-90	254.7 (10.9)	248.9 (11.3)	26.0 (4.4)	26.1 (2.9)	65.8 (14.7)	43.5 (7)
>90	531.1 (35.6)	610.1 (32.9)	47.5 (7.3)	40.7 (6.7)	83.5 (10.1)	62* (6.1)
Total	112.0 (2.5)	101.9*** (1.8)	5.4 (0.4)	5.1 (0.4)	58.6 (2.7)	48.5*** (1.7)

QUADRO 9. Participação e medianas da riqueza real, riqueza financeira e dívida: ISFF 2010 vs ISFF 2013.

Notas: Os valores do ISFF 2010 estão ajustados pelo crescimento dos preços no consumo entre as duas edições do inquérito. Os valores entre parêntesis correspondem aos erros padrão. \*\*\*, \*\* e \* indicam que o teste de igualdade das estatísticas obtidas com o ISFF 2010 e o ISFF 2013 é rejeitado a 1 por cento, 5 por cento e 10 por cento, respetivamente.

Por forma a tentar compreender as alterações subjacentes a estes valores agregados, compararam-se de seguida os dados do ISFF 2010 e do ISFF 2013 para os diferentes tipos de ativos e passivos.

Para a maioria dos ativos, as taxas de participação de 2013 são próximas das registadas em 2010 (Quadro 10). As principais diferenças consistem num acréscimo da percentagem de famílias com negócios e da percentagem de famílias com depósitos. Estes movimentos foram relativamente generalizados por tipo de família.

	Ativos reais	Residência principal	Outros imóveis	Negócios por conta própria	Veículos motorizados	Outros bens de valor
Percentagem de famílias que detêm os ativos						
ISFF 2010	91.5 (0.5)	76.0 (1.1)	29.1 (1.1)	9.3 (0.7)	73.5 (0.8)	8.0 (0.8)
ISFF 2013	90* (0.6)	74.7 (0.8)	30.3 (0.9)	12.7*** (0.6)	73.3 (0.8)	9.6 (0.7)
Valor mediano dos ativos para as famílias que os detêm (milhares de EUR)						
ISFF 2010	112.0 (2.5)	107.9 (0.9)	70.5 (5.7)	54.0 (5.9)	6.0 (0.5)	2.7 (0.8)
ISFF 2013	101.9*** (1.8)	91.3*** (2.8)	62.2 (5.4)	49 (8.7)	5** (0)	5** (0.6)

	Ativos financeiros	Depósitos à ordem	Depósitos a prazo	Ativos transac.	Planos voluntários de pensões	Outros ativos financeiros
Percentagem de famílias que detêm os ativos						
ISFF 2010	95.0 (0.5)	93.7 (0.6)	44.8 (1.1)	7.5 (0.6)	16.1 (0.9)	9.2 (0.6)
ISFF 2013	96.3** (0.4)	95.6*** (0.4)	48.3** (1)	8.1 (0.5)	17.2 (0.7)	10.5 (0.6)
Valor mediano dos ativos para as famílias que os detêm (milhares de EUR)						
ISFF 2010	5.4 (0.4)	1.1 (0.1)	10.8 (1)	7.8 (2.2)	5.4 (0.8)	5.4 (0.8)
ISFF 2013	5.1 (0.4)	1 (0)	11.1 (0.9)	4.9 (0.7)	4.9 (0.5)	5 (0.5)

QUADRO 10. Participação e valores medianos dos ativos reais e financeiros por tipo de ativos: ISFF 2010 vs ISFF 2013.

Notas: Os valores do ISFF 2010 estão ajustados pelo crescimento dos preços no consumo entre as duas edições do inquérito. Os valores entre parêntesis correspondem aos erros padrão. \*\*\*, \*\* e \* indicam que o teste de igualdade das estatísticas obtidas com o ISFF 2010 e o ISFF 2013 é rejeitado a 1 por cento, 5 por cento e 10 por cento, respetivamente.

Para os tipos de ativos principais, com exceção dos depósitos a prazo, os valores medianos são mais reduzidos em 2013 do que em 2010. Contudo, quando se leva em consideração a incerteza associada a estes dados, conclui-se que apenas no caso da residência principal e dos veículos se rejeita a igualdade dos mesmos entre as duas edições do inquérito. A diminuição nos valores medianos da residência principal e dos veículos foi de facto comum à maior parte dos tipos de famílias. Esta evolução terá refletido, no caso da residência principal, a diminuição nos preços da habitação e, no caso dos veículos, provavelmente, a desvalorização dos mesmos, num contexto em que as compras de veículos registaram quedas acentuadas. Os valores medianos dos outros imóveis e dos negócios observaram uma evolução mais heterogénea por tipo de família. O seu aumento na classe mais elevada da riqueza líquida é um dos fatores que contribui para que a riqueza real tenha

	Total	Hipoteca da residência principal	Hipoteca de outros imóveis	Empréstimos não garantidos por imóveis	Cartão de crédito, linhas de crédito e descobertos bancários
Percentagem de famílias com dívida					
ISFF 2010	46.2 (0.9)	34.0 (0.9)	5.7 (0.5)	13.4 (0.9)	8.9 (0.7)
ISFF 2013	45.9 (0.8)	32.7 (0.7)	3.7*** (0.3)	17.3*** (0.7)	8.8 (0.5)
Valor mediano das dívidas para as famílias que as têm (milhares de EUR)					
ISFF 2010	58.6 (2.7)	67.6 (2.7)	71.6 (5.2)	5.4 (0.5)	1.1 (0.1)
ISFF 2013	48.5*** (1.7)	63.7 (2.2)	58.8* (5.7)	4** (0.4)	0.7*** (0.1)

QUADRO 11. Participação e valores medianos da dívida por tipo de dívida: ISFF 2010 vs ISFF 2013.

Notas: Os valores do ISFF 2010 estão ajustados pelo crescimento dos preços no consumo entre as duas edições do inquérito. Os valores entre parêntesis correspondem aos erros padrão. \*\*\*, \*\* e \* indicam que o teste de igualdade das estatísticas obtidas com o ISFF 2010 e o ISFF 2013 é rejeitado a 1 por cento, 5 por cento e 10 por cento, respetivamente.

registado uma evolução mais favorável para estas famílias do que para as famílias mais pobres.

Como se referiu anteriormente a percentagem de famílias endividadas em 2013 é próxima da registada em 2010. Contudo, por tipo de dívida observa-se uma evolução diferenciada (Quadro 11). Em particular, a percentagem de famílias com hipotecas sobre imóveis diferentes da residência principal ter-se-á reduzido, enquanto a percentagem de famílias com empréstimos sem garantias de imóveis terá aumentado. Ambos os movimentos foram comuns à maioria dos diferentes tipos de famílias. Por classes de riqueza líquida, a redução na percentagem de famílias com hipotecas de outros imóveis concentrou-se contudo nas três classes mais elevadas. Nestas classes regista-se igualmente uma redução da percentagem de famílias com hipotecas da residência principal que não se observa nas restantes. Estes movimentos contribuíram para a evolução diferenciada na participação na dívida por classes de riqueza líquida referida anteriormente.

No conjunto das famílias endividadas, o montante mediano da dívida observou uma redução face a 2010. Esta redução é comum a todos os tipos de dívida, sendo estatisticamente significativa no caso das hipotecas sobre outros imóveis, nos empréstimos não garantidos assim como no caso das dívidas associadas a cartões de crédito, linhas de crédito e a descobertos bancários. De facto, estes tipos de dívidas registaram reduções nos valores medianos para a maioria das classes de famílias.

O ISFF inclui informação sobre a data em que cada um dos empréstimos que a família possui foi contratado. Estes dados são úteis para complementar a análise anterior relativa à evolução das taxas de participação. Nos três

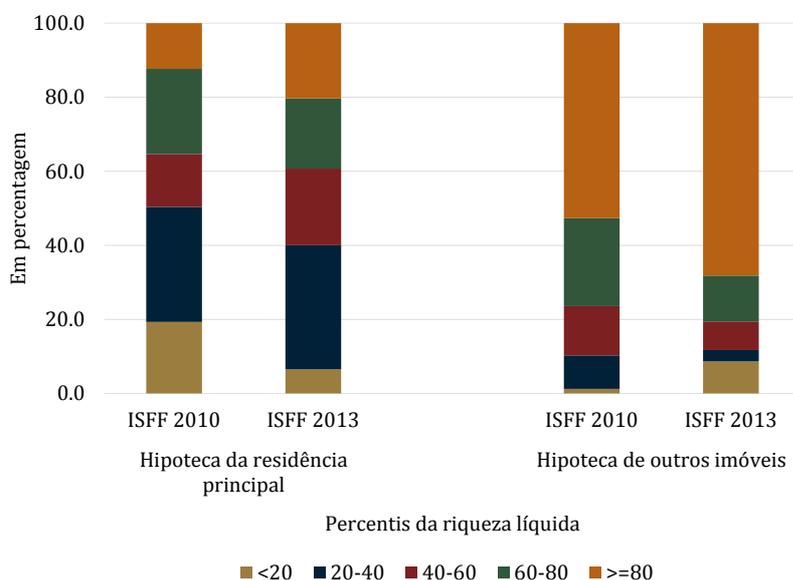


GRÁFICO 6: Composição das famílias com novas hipotecas: ISFF 2010 vs ISFF 2013.

Nota: As novas hipotecas correspondem a empréstimos contratados no período 2007-10, no caso do ISFF 2010, e no período 2010-13, no caso do ISFF 2013.

anos anteriores ao ISFF 2013, terá existido um maior número de famílias nas classes de riqueza mais altas a contratarem empréstimos hipotecários novos, do que nas classes mais baixas (Gráfico 6). Adicionalmente, o peso das famílias com maiores níveis de riqueza líquida no número total de famílias que têm empréstimos hipotecários novos aumentou de forma notória face ao ISFF 2010. Para os empréstimos não hipotecários, não existe no ISFF 2010 informação sobre a data de concessão. No entanto o peso das famílias com níveis mais baixos de riqueza é ligeiramente menor nos empréstimos não hipotecários concedidos nos três anos anteriores ao ISFF 2013, do que no conjunto de famílias que detêm esse tipo de empréstimos em 2013 (Gráfico 7). Em geral, estes dados sugerem assim que no período entre as duas edições do inquérito a percentagem de famílias com uma situação financeira mais frágil que contratou empréstimos novos não tenha sido maior que no passado.

Não existe assim evidência de que os empréstimos novos tenham contribuído para a evolução das taxas de participação na dívida entre o ISFF 2010 e o ISFF 2013 referida anteriormente. A redução da participação na dívida nas classes de maior riqueza e a sua relativa estabilidade nas classes de riqueza mais reduzida, deverá ter refletido em alternativa o facto de as famílias com melhor situação financeira terem efetuado maiores reembolsos

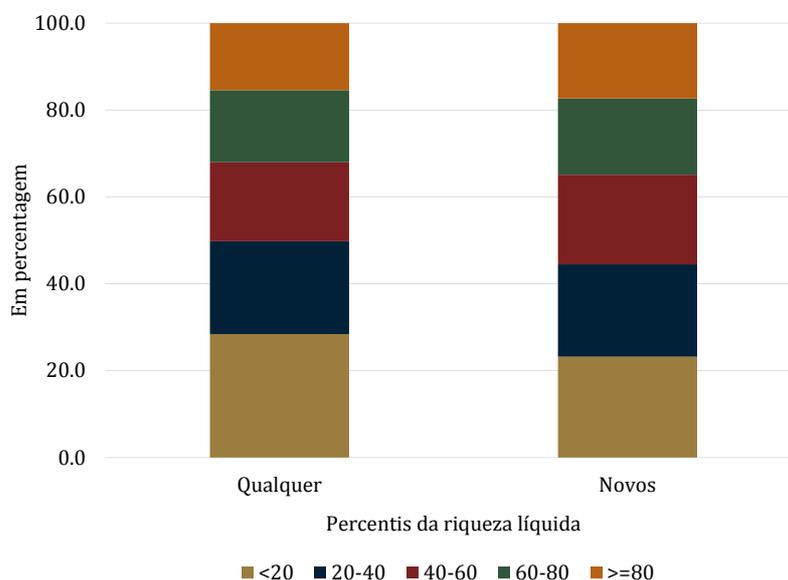


GRÁFICO 7: Composição das famílias com empréstimos sem garantia de imóveis - Qualquer empréstimo vs novos empréstimos: ISFF 2013.

Nota: Os novos empréstimos sem garantia de imóveis correspondem a empréstimos contratados no período 2010-13.

totais de empréstimos do que as restantes ou uma alteração da composição das famílias por classes de riqueza líquida. De facto, num contexto de redução do valor dos imóveis, as famílias mais alavancadas (ou seja, aquelas com valores de dívida mais elevados face ao valor dos ativos) têm, tudo o resto constante, uma redução da riqueza líquida mais significativa, do que as restantes. Este efeito pode justificar uma alteração da composição das classes mais elevadas de riqueza líquida a favor de famílias com menor participação na dívida.

### Rácios de endividamento e vulnerabilidades

Nesta secção utilizam-se os dados do ISFF para analisar o grau de endividamento das famílias e o peso do serviço da dívida no seu rendimento. Face aos dados macroeconómicos, a utilização de dados ao nível da família tem a vantagem de permitir calcular estes indicadores usando informação apenas das famílias endividadas e caracterizar os grupos de famílias em que a dívida torna a sua situação financeira mais vulnerável. A análise do grau de endividamento das famílias e das suas vulnerabilidades é importante

quer do ponto de vista da estabilidade financeira quer do ponto de vista da análise da situação macroeconómica mais geral. As famílias com um grau de endividamento muito elevado e com um peso elevado associado ao serviço da dívida não só têm uma maior probabilidade de incumprirem no pagamento da dívida, como também libertam menos recursos para serem investidos noutros setores. Adicionalmente, estas famílias têm uma maior probabilidade de enfrentarem restrições de liquidez, o que pode levar a uma reação mais forte do consumo perante variações do rendimento corrente, do que aquela que estaria associada a uma afetação eficiente de recursos ao longo do tempo.

Para analisar o peso da dívida na situação financeira das famílias serão utilizados três indicadores alternativos: o rácio entre o serviço da dívida e o rendimento, o rácio entre a dívida e o rendimento anual, e o rácio entre a dívida e a riqueza bruta. O rácio do serviço da dívida mede a capacidade das famílias cumprirem as responsabilidades de curto prazo associadas à dívida, ou seja, pagarem as prestações dos empréstimos num determinado período utilizando apenas o rendimento auferido nesse período. O rácio da dívida no rendimento mede a capacidade da família pagar a dívida com base no rendimento recebido num ano. Este indicador é o análogo microeconómico ao rácio da dívida no PIB ou no rendimento disponível habitualmente calculado com dados macroeconómicos. Por fim, o rácio da dívida face à riqueza bruta pode ser visto como um indicador de solvabilidade das famílias, uma vez que representa a percentagem de riqueza que a família teria que liquidar para conseguir pagar a totalidade da dívida. Tal como em Costa e Farinha (2012b), por forma a identificar as famílias para as quais a dívida tenha um peso particularmente elevado, serão utilizados os seguintes níveis: 40 por cento no caso do rácio do serviço da dívida, 300 por cento no caso do rácio da dívida face ao rendimento e 75 por cento no caso do rácio da dívida face à riqueza.

Em 2013, para o conjunto das famílias endividadas, o valor mediano do rácio do serviço da dívida no rendimento situava-se em 16,8 por cento e a percentagem de famílias com esse rácio superior a 40 por cento em cerca de 12 por cento (Quadro 12). A heterogeneidade por tipo de família é contudo muito elevada. Enquanto na classe de rendimento mais reduzido cerca de metade das famílias tem um rácio de serviço da dívida superior a 40 por cento, na classe de rendimento mais elevado apenas cerca de 2 por cento das famílias se encontram nesta situação. Face a 2010, embora o rendimento das famílias tenha registado uma evolução negativa, tanto o rácio do serviço da dívida como a percentagem de famílias com esse rácio muito elevado registaram uma redução. Esta evolução terá em grande parte sido determinada pela redução das taxas de juro Euribor, às quais estão indexados cerca de 90 por cento dos empréstimos com garantia de imóveis em Portugal. A melhoria do peso do serviço da dívida no rendimento foi comum a todas as classes de famílias, com exceção daquelas em que o indivíduo de referência se encontra desempregado. Nestas famílias o rácio mediano permaneceu em cerca de 20

	Serviço da dívida/Rendimento	Dívida/Rendimento	Dívida/Riqueza bruta
Valores medianos, para as famílias com dívida (em percentagem)			
ISFF 2010	20.3 (0.5)	224.4 (8.7)	34.0 (1.5)
ISFF 2013	16.8*** (0.5)	198.5** (8.2)	37.8 (1.8)
Percentagem de famílias com dívida que têm rácios > do que:			
	40%	300%	75%
ISFF 2010	17.3 (1.4)	39.6 (1.7)	17.9 (1.5)
ISFF 2013	12.3*** (1)	36.4 (1.3)	22.2** (1.3)

QUADRO 12. Grau de endividamento: ISFF 2010 vs ISFF 2013.

Nota: Os valores entre parêntesis correspondem aos erros padrão. \*\*\*, \*\* e \* indicam que o teste de igualdade das estatísticas obtidas com o ISFF 2010 e o ISFF 2013 é rejeitado a 1 por cento, 5 por cento e 10 por cento, respetivamente

por cento e a percentagem de famílias com um rácio superior a 40 por cento aumentou de cerca de 23 por cento para cerca de 30 por cento.

O valor mediano do rácio da dívida no rendimento situava-se em cerca de 200 por cento em 2013, apresentando uma ligeira redução face a 2010<sup>11</sup>. Apesar desta evolução favorável, mais de 1/3 das famílias endividadas continuam a ter rácios superiores a 300 por cento. A incidência de famílias com dívida muito elevada face ao rendimento é particularmente alta nos níveis mais baixos de rendimento e riqueza, bem como nas famílias em que o indivíduo de referência é mais jovem, tal como seria de esperar dado o perfil da dívida para compra de habitação. Nas duas classes etárias mais baixas cerca de 50 por cento das famílias têm um rácio superior a 300 por cento

Em 2013, a mediana do rácio da dívida na riqueza bruta situava-se em cerca de 38 por cento, sendo superior a 75 por cento para cerca de 1/5 das famílias endividadas. Na classes de rendimento mais reduzidas, nas famílias com indivíduos de referência mais jovens ou desempregados esta situação é comum a quase 40 por cento das famílias. A percentagem de famílias com este rácio elevado apresentou um acréscimo face a 2010, para o que terá contribuído a evolução desfavorável do valor da riqueza e, em particular, dos ativos reais.

A percentagem de famílias endividadas com níveis dos três rácios superiores aos valores críticos permaneceu entre 2010 e 2013 em cerca de 4 por cento. A maior incidência de famílias nessa situação ocorre na classe mais

11. Um rácio de 200 por cento significa que a família demoraria dois anos a pagar a dívida se usasse todo o rendimento recebido para esse efeito.

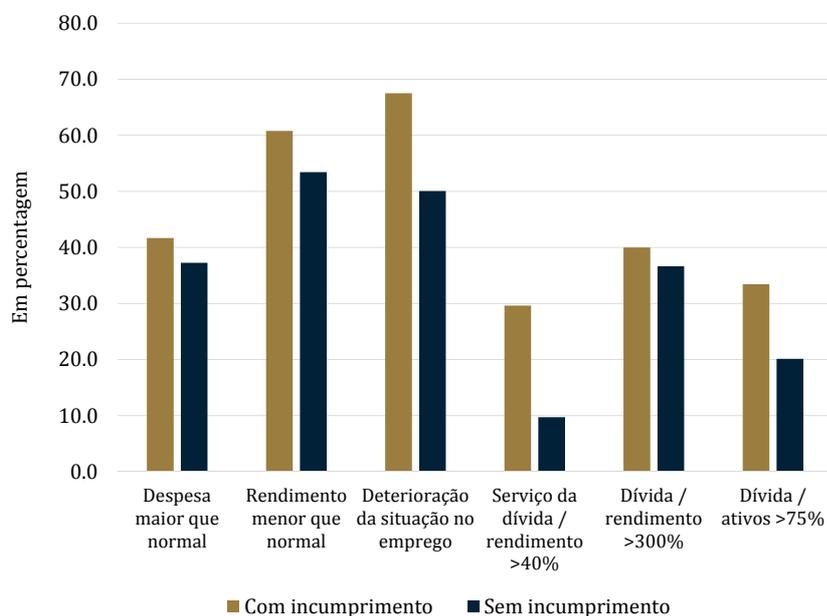


GRÁFICO 8: Incidência de choques e de situações de endividamento elevado nas famílias com e sem incumprimento: ISFF 2013.

Notas: As barras relativas a famílias com incumprimento (sem incumprimento) representam a porcentagem de famílias que tiveram determinado choque negativo ou que têm rácios de endividamento elevados no total de famílias que tiveram algum (não tiveram nenhum) atraso ou falha no pagamento das prestações dos empréstimos nos 12 meses anteriores à entrevista. Os choques negativos são os seguintes: rendimento no ano anterior menor que o normal; despesa regular nos últimos 12 meses maior que o normal; algum membro do agregado sofreu uma deterioração da situação no trabalho (por exemplo, perdeu o emprego ou teve uma redução do rendimento) nos últimos 3 anos.

baixa de rendimento (16,2 por cento), nas idades mais novas (9,6 por cento), quando o indivíduo de referência está desempregado (10,4 por cento), nas famílias com apenas um adulto e crianças (12 por cento) e nas famílias com riqueza líquida na classe mais baixa (17,1 por cento).

No ISFF as famílias são questionadas sobre o facto de terem tido nos doze meses anteriores à realização do inquérito atrasos ou falhas no pagamento das prestações dos empréstimos. Em linha com as conclusões obtidas para o ISFF 2010 em Costa (2012), nas famílias com incumprimento, a existência de rácios de endividamento muito elevados (em especial, serviço da dívida sobre o rendimento superior a 40 por cento) ou de choques negativos na situação financeira, é mais frequente do que nas famílias sem incumprimento (Gráfico 8).

### **Procura de crédito e restrições no acesso ao crédito**

Nos três anos anteriores a 2013, cerca de 14 por cento das famílias portuguesas pediram crédito e, de entre as que efetuaram estes pedidos, cerca de 13 por cento viram-nos rejeitados (Quadro 13). Adicionalmente, cerca de 6 por cento das famílias deixaram de efetuar pedidos de crédito por anteciparem que estes seriam recusados. Considerando que uma família está sujeita a restrições no acesso ao crédito quando pelo menos uma destas situações ocorre, cerca de 7 por cento das famílias estariam nesta situação em 2013.

A incidência das restrições no acesso ao crédito assume valores máximos de cerca de 13 por cento nas famílias com menores níveis de riqueza líquida, assim como naquelas em que o indivíduo de referência é mais jovem ou se encontra desempregado. De entre as famílias endividadadas, aquelas que têm rácios de endividamento ou do serviço da dívida muito elevados também apresentam uma muito maior incidência de restrições no acesso ao crédito do que as restantes.

Face a 2010, embora tenha ocorrido um ligeiro acréscimo na percentagem de famílias que antecipam recusas dos seus pedidos de empréstimos, as restrições no acesso ao crédito não parecem ter aumentado de forma significativa. A principal alteração neste período terá sido uma redução na percentagem de famílias que efetuaram pedidos de empréstimos. Esta redução face a 2010 observa-se igualmente quando se consideram não só as famílias que efetuaram pedidos, mas também as que deixaram de os efetuar por anteciparem que seriam recusados. Estes dados sugerem assim uma importância predominante da evolução da procura de crédito para a redução observada no montante de crédito concedido. A diminuição da procura foi generalizada a praticamente todos os tipos de famílias, sendo mais acentuada nas famílias com maiores níveis de rendimento e de riqueza, assim como nas famílias em que o indivíduo de referência é mais jovem, tem um nível de escolaridade superior ou se encontra a trabalhar. A percentagem de famílias que efetuaram pedidos de empréstimos entre as que declaram que o rendimento foi menor que o normal ou que a despesa foi maior que o normal continuou a ser maior do que nas restantes, o que sugere que apesar da elevada incerteza prevalecente neste período e do aumento da poupança por motivo de precaução, as famílias terão continuado a procurar alisar o consumo com recurso ao crédito (Gráfico 9).

	Pediram empréstimos (% do total de famílias)	Tiveram empréstimos recusados (% de famílias que pediram)	Não pediram por anteciparem recusas (% do total de famílias)	Restrições no acesso ao crédito (% do total de famílias)
ISFF 2010	23.4 (0.9)	14.2 (1.6)	4.1 (0.5)	6.0 (0.6)
ISFF 2013	14.4*** (0.7)	13.3 (1.7)	5.7** (0.5)	7.1 (0.5)

QUADRO 13. Pedidos de empréstimos e restrições no acesso ao crédito: ISFF 2010 vs ISFF 2013.

Nota: Os valores entre parêntesis correspondem aos erros padrão. \*\*\*, \*\* e \* indicam que o teste de igualdade das estatísticas obtidas com o ISFF 2010 e o ISFF 2013 é rejeitado a 1 por cento, 5 por cento e 10 por cento, respetivamente

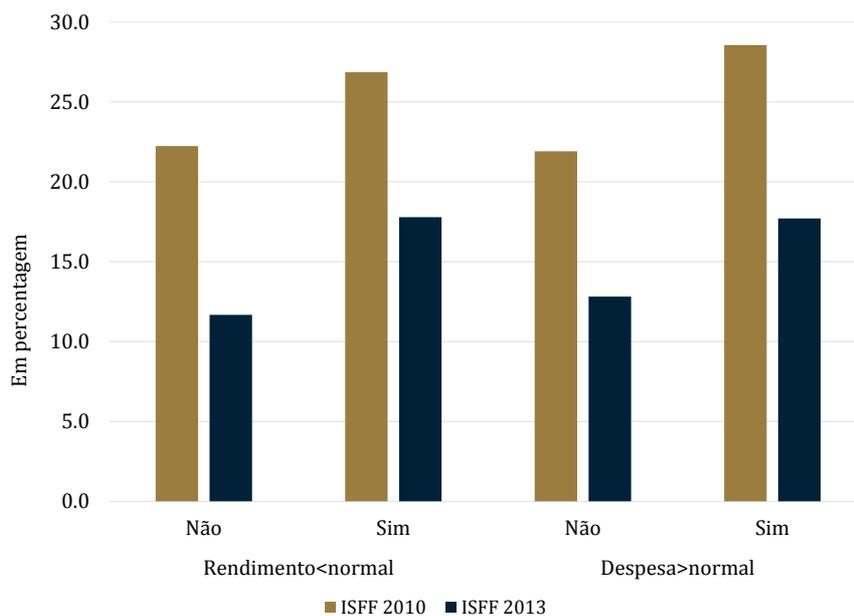


GRÁFICO 9: Famílias que efetuaram pedidos de empréstimos e choques no rendimento ou na despesa: ISFF 2010 vs ISFF 2013.

Nota: As barras relativas a Sim (Não) representam a percentagem de famílias que efetuaram pedidos de empréstimos nos últimos 3 anos entre o total de famílias que tiveram (não tiveram) rendimento inferior ao normal no ano anterior ou despesa regular superior ao normal nos últimos 12 meses.

## Conclusões

Os resultados da segunda edição do ISFF confirmam os padrões de distribuição da riqueza, do rendimento e do consumo por tipos de famílias identificados com os dados da primeira edição. No caso da riqueza líquida, as famílias em que esta é mais elevada são também aquelas que têm um nível rendimento maior e correspondem a famílias em que o indivíduo de referência se situa na classe etária anterior à idade de reforma, tem um nível de escolaridade mais elevado ou é trabalhador por conta própria. Os imóveis têm um peso dominante na riqueza da maioria das famílias. Cerca de 75 por cento das famílias portuguesas são proprietárias da residência principal e cerca de 30 por cento são proprietárias de outros imóveis. Os depósitos são o ativo financeiro mais importante para a generalidade das famílias, representando mais de 65 por cento da riqueza financeira total. A participação em outros ativos financeiros envolvendo mais risco é bastante mais heterogénea, aumentando de uma forma muito mais acentuada com o rendimento e com a riqueza líquida, do que a participação em depósitos. A desigualdade na distribuição da riqueza financeira é maior do que no caso da riqueza real. A dívida apresenta igualmente uma distribuição muito assimétrica, refletindo o facto de cerca de 55 por cento das famílias não terem dívida. O tipo de dívida mais frequente são os empréstimos com garantia da residência principal e o segundo tipo os empréstimos sem garantia de imóveis (respetivamente, cerca de 30 e 17 por cento das famílias têm estes tipos de dívida). Os empréstimos não garantidos têm um maior peso na dívida das famílias de menor rendimento do que nas de rendimentos mais elevados.

A riqueza média líquida das famílias situava-se no segundo trimestre de 2013 em cerca de 160 mil euros, enquanto a mediana se situava em menos de metade deste valor. Face a 2010, a riqueza líquida mediana terá observado uma ligeira redução em termos reais. A riqueza média não se terá contudo alterado significativamente, uma vez que a redução registada pela riqueza não financeira terá sido compensada por uma redução na dívida, num contexto em que a riqueza financeira permaneceu relativamente constante. A redução da riqueza real foi em grande parte determinada por uma diminuição do valor da residência principal, que foi transversal à maior parte dos tipos de famílias. Por sua vez, a redução no valor da dívida deverá ter decorrido em grande parte do processo de amortização normal de empréstimos, num contexto em que a concessão de novos empréstimos às famílias se reduziu significativamente. Os dados do ISFF sugerem que a redução da procura de crédito por parte das famílias tenha tido neste período uma importância elevada para a redução do crédito concedido.

As famílias nos escalões mais baixos de riqueza líquida em 2013 detinham uma percentagem ligeiramente menor da riqueza líquida do que as famílias que se encontravam nesses escalões em 2010. Para esta diferença contribuiu o facto de em 2013 as famílias com menores níveis de riqueza líquida terem

níveis de ativos reais mais reduzidos do que as famílias que tinham menores níveis de riqueza em 2010. Adicionalmente, as famílias nos escalões mais elevados de riqueza líquida em 2013 detinham menos dívida do que as famílias que se encontravam nesses escalões em 2010. Os dados do ISFF sugerem que no período entre 2010 e 2013 a percentagem de famílias com empréstimos novos se terá concentrado menos do que no passado nas famílias com uma situação financeira mais frágil. Assim, o facto de entre 2010 e 2013 a dívida se ter concentrado menos nas famílias com riqueza mais elevada deverá ter decorrido de uma alteração na composição das famílias nas classes de maior riqueza a favor das famílias com menores níveis de dívida ou do facto de as famílias com melhor situação financeira terem efetuado maiores reembolsos totais de empréstimos do que as restantes.

No período 2010-13, o rácio do serviço da dívida face ao rendimento reduziu-se para a maior parte dos tipos de famílias. Num contexto de redução do rendimento, esta evolução resultou em grande parte da diminuição das taxas de juro Euribor. O grau de endividamento das famílias avaliado pelo valor da dívida face ao rendimento permaneceu, contudo muito elevado para mais de 1/3 das famílias endividadas. Adicionalmente, a percentagem de famílias com um nível de dívida muito elevado face ao valor dos seus ativos aumentou, refletindo a redução do valor da riqueza real. As famílias com menores níveis de rendimento e de riqueza, compostas por apenas um adulto e por crianças, assim como aquelas em que o indivíduo de referência é mais jovem ou se encontra desempregado são aquelas para as quais a dívida tem um maior peso na situação financeira.

## Referências

- Banco de Portugal (2016). “Uma interpretação da evolução da taxa de poupança das famílias em Portugal.” *Boletim Económico, Tema em destaque*, maio.
- Costa, Sónia (2012). “Probabilidade de incumprimento das famílias: uma análise com base nos resultados do ISFF.” *Banco de Portugal, Relatório de Estabilidade Financeira*, novembro.
- Costa, Sónia e Luísa Farinha (2012a). “Inquérito à Situação Financeira das Famílias: Metodologia e Principais Resultados.” *Banco de Portugal, Occasional Papers*, 1.
- Costa, Sónia e Luísa Farinha (2012b). “O endividamento das famílias: uma análise microeconómica com base nos resultados do Inquérito à Situação Financeira das Famílias.” *Banco de Portugal, Relatório de Estabilidade Financeira*, maio.
- HFCN (2013a). “The Eurosystem Household Finance and Consumption Survey: Methodological Report for the First Wave.” *ECB, Statistics Paper Series*, 1.
- HFCN (2013b). “The Eurosystem Household Finance and Consumption Survey: Results from the First Wave.” *ECB, Statistics Paper Series*, 2.
- HFCN (2016a). “The Household Finance and Consumption Survey: Methodological Report for the Second Wave.” *Forthcoming ECB*.
- HFCN (2016b). “The Household Finance and Consumption Survey: Results from the Second Wave.” *Forthcoming ECB*.

## Apêndice A: Questões metodológicas

Este apêndice apresenta os principais aspetos metodológicos do ISFF e alguns indicadores relativos à amostra e à taxa de resposta. Na descrição da metodologia será dado um particular destaque às alterações face à primeira edição do inquérito e que dizem respeito ao conteúdo do questionário, assim como à metodologia de seleção da amostra e de cálculo dos ponderadores. Os aspetos metodológicos associados ao ISFF estão descritos de forma mais detalhada em Costa e Farinha (2012a). Adicionalmente, a comparação da metodologia utilizada em Portugal com a dos restantes países participantes neste projeto é efetuada para a primeira e segunda edições do inquérito, em HFCN (2013a) e HFCN (2016a), respetivamente.

### A.1. Questionário

O Quadro A.1 inclui para as nove seções principais do questionário as unidades de referência e períodos de referência que se lhes aplicam. A recolha dos dados do ISFF 2010 e do ISFF 2013 decorreram durante os segundos trimestres desses anos, o que significa que são estes os períodos de referência dos ativos e das dívidas das famílias<sup>12</sup>. O rendimento diz respeito a 2009 no ISFF 2010 e a 2012 no ISFF 2013.

Secção	Unidade de referência	Período de referência
1. Aspectos demográficos	Indivíduo	Momento da entrevista
2. Ativos reais e hipotecas	Família	Momento da entrevista
3. Outras dívidas	Família	Momento da entrevista
4. Negócios e ativos financeiros	Família	Momento da entrevista
5. Situação no mercado de trabalho	Indivíduo (idade >=16)	Momento da entrevista
6. Direitos sobre pensões futuras	Indivíduo (idade >=16)	Momento da entrevista
7. Rendimentos	Indivíduo (idade >=16) e família	Ano anterior
8. Heranças e doações	Família	-
9. Consumo e poupança	Família	Mês típico

QUADRO A.1. Questionário do ISFF.

Por forma a manter a comparabilidade dos dados, o questionário do ISFF sofreu apenas pequenas alterações na segunda edição. As principais alterações traduziram-se na introdução de algumas perguntas novas. No caso dos empréstimos com renegociação as famílias passaram a ser questionadas sobre os motivos dessas renegociações e sobre se as mesmas estiveram associadas a dificuldades de pagamento das prestações. Adicionalmente, os empréstimos não garantidos por imóveis foram desagregados em empréstimos concedidos por familiares ou amigos e em outros empréstimos. Para estes últimos passou

12. Em rigor uma percentagem reduzida das entrevistas do ISFF 2013 foram efetuadas no início de julho de 2013.

a recolher-se a data de concessão, à semelhança do que já ocorria com os empréstimos garantidos. Em caso de terem existido atrasos ou falhas nos pagamentos das prestações dos empréstimos, as famílias passaram a ser questionadas sobre o tipo de empréstimo em que essas situações ocorreram. A caracterização de cada um dos negócios que a família possui passou a incluir informação sobre o ano de início da participação da família no negócio e sobre o volume de vendas do mesmo no ano anterior (i.e., em 2012). No caso dos ativos financeiros, as famílias passaram a ser questionadas sobre a posse de depósitos numa moeda diferente do euro e sobre a existência de alguns ativos financeiros depositados no estrangeiro. Adicionalmente, as dívidas que a família tenha a receber foram desagregadas em empréstimos efetuados a empresas de que a família seja proprietária e outras dívidas a receber. Na secção relativa à situação no mercado de trabalho, os indivíduos que não estão a trabalhar no momento da entrevista mas já trabalharam anteriormente passaram a ser questionados sobre o ano em que trabalharam pela última vez e sobre a profissão que desempenharam durante a maior parte da sua vida ativa. Por fim, relativamente aos veículos o inquérito passou a incluir perguntas sobre a compra automóveis ou de outros veículos motorizados nos doze meses anteriores à entrevista.

## *A.2. Amostra*

O desenho da amostra do ISFF tem como objetivo a obtenção de dados que sejam representativos das famílias residentes em Portugal<sup>13</sup> e em especial da riqueza detida por estes agregados. Uma vez que grande parte da riqueza, e em particular da riqueza financeira, está concentrada num número relativamente pequeno de famílias, uma parte da amostra do ISFF procura sobre representar estas famílias. Tal como na primeira edição, a amostra selecionada para o ISFF 2013 foi composta por 8000 alojamentos de residência principal: 4000 selecionados com objetivo de serem representativos da população com base em critérios geográficos como é habitual nos inquéritos às famílias conduzidos pelo INE, e 4000 selecionados com o objetivo de sobre representarem as famílias mais ricas. Face à primeira edição, existiram no entanto algumas diferenças na seleção da amostra, nomeadamente devido a alterações da base de amostragem utilizada pelo INE nos inquéritos às famílias. Na primeira edição, a base de amostragem consistiu numa amostra extraída do Censos 2001 (Amostra Mãe) e a amostra de sobre representação consistiu num reforço dos alojamentos nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, regiões onde a evidência disponível apontava para uma maior probabilidade de encontrar agregados mais ricos. No ISFF 2013, em linha com

---

13. A população alvo do inquérito são os agregados domésticos privados, o que significa que não inclui a população que vive em instituições, como por exemplo, lares da terceira idade ou prisões, os quais representam menos de 1 por cento da população total.

os restantes inquéritos às famílias efetuados pelo INE, a base de amostragem passou a ser o Ficheiro Nacional de Alojamentos. Face à Amostra Mãe, esta nova base de amostragem tem a vantagem de englobar todos os alojamentos do território nacional e de incluir informação mais atualizada, uma vez que foi construída a partir do Censos 2011. Adicionalmente, o Ficheiro Nacional de Alojamentos engloba informação sobre a dimensão dos imóveis, que se concluiu com a análise dos resultados do ISFF 2010 estar mais correlacionada com a riqueza das famílias do que a localização geográfica. No ISFF 2013, a amostra de sobre representação consistiu assim em alojamentos com uma dimensão superior a determinados limites em metros quadrados definidos por região com base na informação do ISFF 2010.

### *A.3. Tratamento dos dados*

Após a recolha, os dados foram extensamente analisados, sendo corrigidos sempre que possível os erros e inconsistências detetados e eliminadas as respostas consideradas implausíveis. Uma vez que a não resposta às perguntas do inquérito está em muitos casos relacionada com as características das famílias, a existência de dados omissos pode enviesar as conclusões que se tiram com os dados. Assim, após o tratamento dos dados recolhidos, as respostas em falta para as principais variáveis (devido sobretudo ao facto de as famílias terem usado como resposta as opções “Não sabe” ou “Não responde”) foram imputadas. A metodologia de imputação consistiu num método estocástico de imputação múltipla. Este processo origina cinco versões da base de dados, que diferem nos valores atribuídos às respostas das variáveis que foram imputadas, o que permite levar em conta a incerteza associada ao processo de imputação. Por fim, os dados foram anonimizados com o objetivo de que as famílias ou indivíduos participantes no inquérito não possam ser identificados com base nas respostas dadas.

### *A.4. Ponderadores*

Pelo facto da amostra do ISFF não ser uma amostra aleatória simples, i.e. consistir numa amostra em que a probabilidade de seleção difere entre os elementos da população, no cálculo de estatísticas com base nos dados do inquérito é necessário utilizar ponderadores representando o número de famílias que, na população, são semelhantes a cada uma das famílias da amostra. Os ponderadores do ISFF, tal como descrito em Costa e Farinha (2012a), para além de refletirem a probabilidade de uma família ser selecionada para a amostra são corrigidos pela não resposta (ou seja, pelo facto de nem todas as famílias selecionadas terem participado no inquérito), e calibrados para alinhar as distribuições na amostra de algumas variáveis com as distribuições das mesmas na população. No ISFF 2013, as variáveis utilizadas no modelo de calibração consistiram no sexo e classe etária, na

dimensão das famílias, no número de famílias por região e no saldo total de empréstimos às famílias para a compra de imóveis por região. Este método de calibração difere do utilizado na primeira edição pelo facto de incluir a dívida para compra de imóveis e um número substancialmente maior de classes de idade.

Por forma a minorar o impacto das alterações metodológicas acima mencionadas na comparabilidade dos dados entre as edições do inquérito, os ponderadores do ISFF 2010 e as suas réplicas foram revistos. Nesta revisão utilizaram-se estimativas mais atualizadas para a população em 2010 (as quais só ficaram disponíveis após a divulgação do Censos 2011) e utilizou-se o modelo de calibração do ISFF 2013. Os dados do ISFF 2010, apresentados neste artigo incorporam esta revisão dos ponderadores, diferindo portanto ligeiramente dos dados anteriormente divulgados.

#### *A.5. Indicadores relativos à amostra e à taxa de resposta*

A base de dados final da segunda edição do ISFF inclui 6207 famílias, o que compara com 4404 famílias na primeira edição (Quadro A.2). Para este acréscimo muito significativo da amostra final terá contribuído a maior atualização da base de amostragem. De facto, o número de alojamentos que se revelaram não elegíveis, nomeadamente por não se tratarem de residências principais, reduziu-se muito. Para além do acréscimo da taxa de elegibilidade observou-se também um aumento muito acentuado da taxa de resposta, decorrente nomeadamente da redução no número de famílias que não foi possível contactar por se encontrarem ausentes do alojamento e do número de famílias que se recusaram a participar no inquérito. A taxa de resposta aumentou de 64 por cento na primeira edição, para 85 por cento na segunda edição, traduzindo em qualquer dos casos valores muito elevados quando comparados com os obtidos nos outros países que participam neste projeto.

Um outro aspeto que é importante avaliar na composição da amostra final é o grau de sobre representação das famílias mais ricas. Na segunda edição, a percentagem de famílias da amostra com um nível de riqueza líquida superior aos percentis 90 e 99 da riqueza líquida da população situou-se, respetivamente em 15,6 por cento e 2,0 por cento, o que compara com 10,9 por cento e 1,2 por cento na primeira edição. A melhoria destes indicadores sugere uma maior eficácia da nova metodologia de sobre representação das famílias mais ricas. Estes valores permanecem contudo bastante abaixo dos obtidos em inquéritos de outros países em que é possível utilizar dados administrativos relativos ao rendimento ou à riqueza dos indivíduos para seleccionar a amostra (HFCN (2016a)).

	ISFF 2010	ISFF 2013	Variação (% ou p.p.)
(Em número de alojamentos)			
Amostra bruta	8000	8000	0
Amostra líquida	4404	6207	41
Não-resposta			
Não contactados	1343	565	-44
Recusas	711	371	-71
Outros fatores para a não resposta	375	154	-66
Não elegíveis	1122	675	-41
Elegibilidade desconhecida	45	28	-38
(Em percentagem)			
Taxa de resposta (amostra líquida/elegíveis)	64	85	21
Taxa de recusa (recusas/elegíveis)	10	5	-5
Taxa de cooperação (amostra líquida/contactados)	80	92	12
Taxa de contacto (contactados/elegíveis)	80	92	12
Taxa de elegibilidade (elegíveis/amostra bruta)	86	92	6
Indicadores relativos à sobrerepresentação			
% de famílias da amostra líquida com riqueza líquida superior a:			
percentil 90 da riqueza líquida na população	10.9	15.6	-
percentil 95 da riqueza líquida na população	5.7	7.4	-
percentil 99 da riqueza líquida na população	1.2	2.0	-

#### QUADRO A.2. Estatísticas da amostra e da taxa de resposta.

Notas: Nos alojamentos elegíveis está incluída uma percentagem dos alojamentos com elegibilidade desconhecida. Os alojamentos contactados incluem para além dos alojamentos da amostra líquida, também os alojamentos da amostra bruta que foram contactados, mas não participaram no inquérito devido a recusas e outras razões para a não-resposta. As outras razões para a não resposta incluem por exemplo, situações de doença ou incapacidade.

## Apêndice B: Descrição das variáveis

### B.1. Ativos, dívidas, rendimento e consumo

A riqueza líquida corresponde à diferença entre o valor da riqueza bruta (valor de todos os ativos reais e financeiros) e o valor total da dívida no momento da entrevista.

A riqueza real ou não financeira inclui a residência principal, outras propriedades imobiliárias, veículos motorizados, negócios por conta própria

e outros bens valiosos de que a família seja proprietária<sup>14</sup>. Os outros bens valiosos incluem por exemplo, joias, antiguidades e obras de arte. Os negócios por conta própria correspondem a participações, que não sejam sob a forma de ações cotadas, num negócio em que algum membro da família trabalhe por conta própria ou desempenhe um papel ativo na gestão.

A riqueza financeira inclui depósitos à ordem, depósitos a prazo, ativos financeiros transacionáveis, planos voluntários de pensões e outros ativos financeiros. À semelhança do que acontece nas contas financeiras, os depósitos a prazo incluem os Certificados de Aforro e os Certificados do Tesouro. Os ativos transacionáveis englobam os fundos de investimento, os títulos de dívida e as ações cotadas. O valor dos planos voluntários de pensões corresponde ao saldo acumulado em “aplicações financeiras”, constituídas por iniciativa dos indivíduos, que garantam rendimento após o fim da vida ativa (por exemplo, fundos de pensões que não estão associados à atividade profissional, planos de poupança reforma ou seguros que garantam uma pensão). Os outros ativos financeiros incluem os “negócios” não cotados nos quais algum membro do agregado participe apenas como investidor, empréstimos privados efetuados por algum membro do agregado (por exemplo, a amigos, familiares ou a empresas das quais sejam proprietários), ativos que as famílias detenham em contas geridas por bancos ou empresas de investimento, ou qualquer outro ativo financeiro que não esteja ainda contabilizado nas rubricas anteriores (por exemplo, derivados financeiros ou patentes).

A dívida engloba os montantes em dívida de empréstimos que tenham como garantia imóveis dos quais os agregados são proprietários (a residência principal ou outros), de empréstimos não garantidos por imóveis, assim como dívidas associadas a descobertos bancários, linhas de crédito ou a cartões de crédito sobre as quais sejam cobrados juros.

O rendimento da família corresponde à soma dos rendimentos brutos dos seus membros (i.e., corresponde ao rendimento antes do pagamento de impostos e das contribuições obrigatórias dos trabalhadores para os regimes de proteção social). O rendimento da família pode ser proveniente de: trabalho por conta de outrem; trabalho por conta própria; pensões concedidas pelos regimes públicos de proteção social (pensões de velhice, de aposentação, de sobrevivência ou de invalidez); pensões pagas por planos de pensões privados (associados à atividade profissional, como por exemplo, fundos de pensões de empresas, ou a planos de pensões aos quais os indivíduos aderiram voluntariamente); subsídios de desemprego; outras prestações regulares provenientes do setor público (por exemplo, abonos de família, bolsas de estudo ou rendimento social de inserção); transferências privadas regulares

---

14. Esta definição de ativos reais difere do conceito do Sistema Europeu de Contas Nacionais, nomeadamente, pelo facto de incluir os veículos e as participações em negócios.

(por exemplo, pensões de alimentos, bolsas de estudo ou outros subsídios); rendimento de bens imobiliários; rendimento de investimentos financeiros (por exemplo, juros e dividendos); rendimento de negócios que não sejam sociedades anónimas (excluindo o rendimento do trabalho por conta própria); e ainda de outras fontes que a família possa reportar (por exemplo, mais valias de venda de ativos ou indemnizações). No Gráfico 3 as pensões englobam as pensões públicas e privadas e as outras transferências englobam os subsídios de desemprego, as outras prestações regulares provenientes do setor público e as transferências privadas regulares.

O consumo corresponde às despesas regulares das famílias com bens de consumo não duradouros e serviços. Para além de se recolher este valor agregadamente, existe ainda informação sobre as despesas com alimentação em casa, alimentação fora de casa, serviços correntes e outras despesas regulares em bens não duradouros e serviços. No ISFF estes dados são recolhidos em valores mensais referentes ao mês típico. Os valores apresentados neste artigo correspondem a valores anuais, resultando da multiplicação por doze dos valores recolhidos.

## ***B.2. Características demográficas e socioeconómicas das famílias***

Na caracterização das famílias considerou-se a classe de idade, a condição perante o trabalho e o nível de escolaridade do indivíduo de referência, a dimensão da família, assim como variáveis relativas à sua situação económica, nomeadamente, classes de rendimento e de riqueza líquida. Com exceção do rendimento, que como se referiu diz respeito ao rendimento anual em 2012, as restantes variáveis referem-se à situação da família ou do indivíduo de referência no momento da entrevista (i.e., no período março-julho de 2013).

O indivíduo de referência foi selecionado de acordo com a definição de Canberra. Nesta definição são aplicados os seguintes critérios sequenciais, até que um único membro da família seja selecionado: 1) membro de um casal com filhos dependentes; 2) membro de um casal sem filhos dependentes; 3) indivíduo com filhos dependentes; 4) indivíduo com o rendimento mais elevado; e 5) indivíduo com a idade mais elevada.

As classes de idade correspondem a: menos de 35 anos; entre 35 e 44 anos; entre 45 e 54 anos; entre 55 e 64 anos; entre 65 e 74 anos; e 75 anos ou mais.

A condição perante o trabalho distingue os trabalhadores por conta de outrem, os trabalhadores por conta própria, os desempregados, os reformados e as outras situações de inatividade, as quais englobam, por exemplo, os estudantes, os permanentemente incapacitados e os indivíduos que executam apenas tarefas domésticas não remuneradas.

Os níveis de escolaridade considerados são: inferior ao ensino secundário, ensino secundário e ensino superior. Em termos da escala da Classificação Internacional de Tipo de Educação de 1997 (CITE97), estes níveis correspondem a: inferior ou igual a 2; níveis 3 e 4; e níveis 5 e 6.

As classes de rendimento e de riqueza líquida foram definidas de acordo com os percentis destas variáveis na população, ou seja na amostra ponderada. Especificamente, consideram-se as seguintes classes: inferior ou igual ao percentil 20; entre os percentis 20 e 40; entre 40 e 60; entre 60 e 80; entre 80 e 90; e superior ao percentil 90. Os percentis dividem a amostra ordenada por ordem crescente dos dados em 100 partes iguais. Assim, por exemplo, o facto do percentil 50 da riqueza líquida ser 71 mil euros, indica que 50 por cento das famílias têm riqueza líquida inferior a esse valor.